



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
16ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
Rodovia BR 116 – Km 06. Cajazeiras
60864-190 – Fortaleza /CE
Fone: (0XX)85 3295.3022

T O M A D A D E C O N T A S
E X E R C Í C I O 2 0 0 9

U n i d a d e G e s t o r a : 2 0 0 1 1 2



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
16ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
Rodovia BR 116 – Km 06. Cajazeiras
60864-190 – Fortaleza /CE
Fone: (0XX)85 3295.3022

RELATÓRIO DE GESTÃO

2009

DIREÇÃO NACIONAL

HÉLIO CARDOSO DERENE

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

UBIRATAN ROBERTO DE PAULA

SUMÁRIO

1 - IDENTIFICAÇÃO	04
2 - RESPONSABILIDADE INSTITUCIONAL	12
3 - ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO	42
4 - GESTÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES	20
5 - DESEMPENHO OPERACIONAL	33
6 - EVOLUÇÃO DOS GASTOS GERAIS	38
7 - RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	39
8 - RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	40
9 - DEMONSTRATIVOS DE TRANSFERÊNCIAS (RECEBIDAS E REALIZADAS) NO EXERCÍCIO ...	41
10 - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA	42
11 - FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS	43
12 - RENÚNCIA TRIBUTÁRIA	44
13 - DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE DOS BENEFICIÁRIOS DIRETOS DE RENÚNCIA	45
14 - OPERAÇÕES DE FUNDOS	46
15 - DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO	47
16 - RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO	48
17 - DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU	49
18 - ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO	50
19 - DISPENSAS DE INSTAURAÇÃO DE TCE E TCE CUJO ENVIO AO TCU FOI DISPENSADO	
20 - INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS	51
21 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO	52
22 - CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UJ OU GRUPO DE UNIDADES AFINS	53

1. Identificação da Unidade.

Nome completo da Unidade Regional: 16ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal/Ceará – 16ª SPRF/CE
Natureza Jurídica: Unidade Descentralizada do Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Vinculação Ministerial: Ministério da Justiça
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional: Competência definida pela Constituição Federal (Art. 144), pela Lei nº 9.503 (Código de Trânsito Brasileiro), pelo Decreto nº 1.655, de 03 de outubro de 1995, e pelo Regimento Interno aprovado pela Portaria Ministerial nº 1.375, de 02 de agosto de dezembro de 2007, do senhor Ministro de Estado da Justiça, publicada no Diário Oficial da União de 06 de agosto de 2007.
CNPJ: 00.394.494-0107-94
Código e nome da Unidade utilizado no SIAFI: 200112 – 16ª Superintendência da Polícia Rodoviária Federal
Endereço completo da Sede: Rodovia BR 116 – Km 06, bairro Cajazeiras, Fortaleza/CE, CEP: 60864-190.
Endereço da página institucional na Internet: www.dprf.ce.gov.br
Situação da unidade quanto ao funcionamento: Em pleno funcionamento
Função de governo predominante: Segurança Pública
Tipo de atividade: Segurança Pública, Policiamento e Fiscalização

1.1. Identificação das Unidades Descentralizadas – Delegacias e Postos:

1.1.1. Unidade Regional:

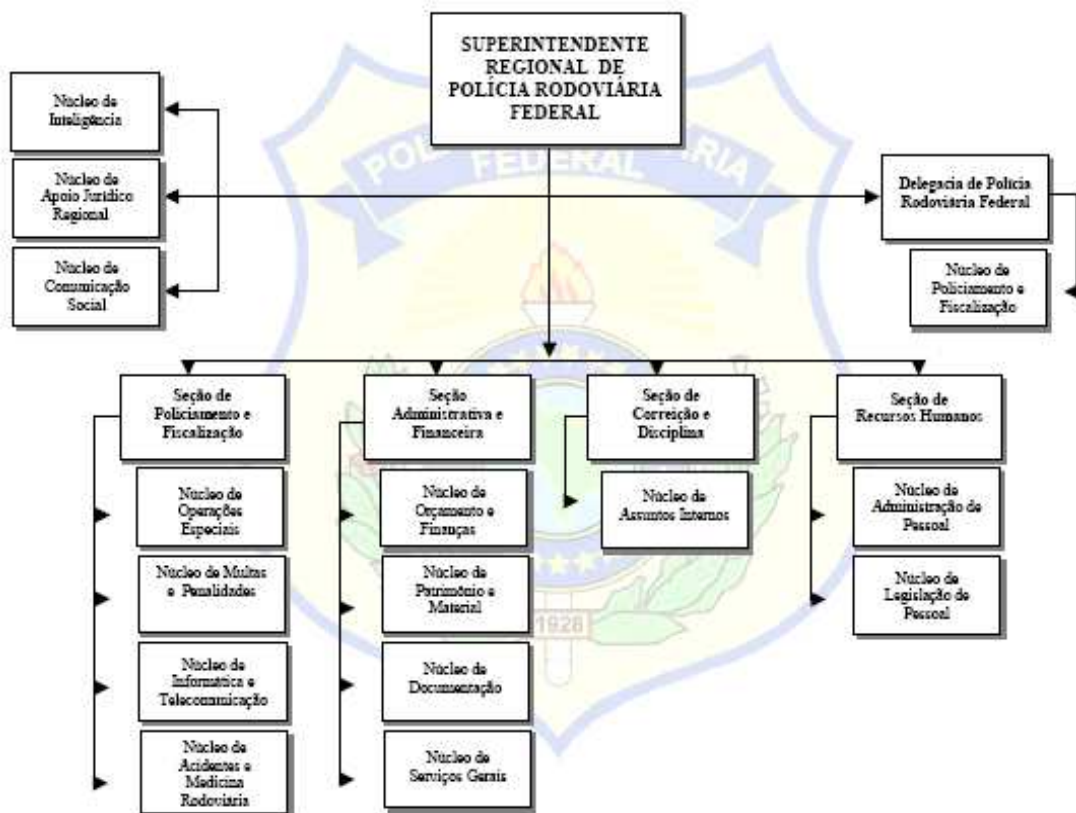
16ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal – Ceará
UG 200112

1.1.2. Equipe Administrativa:

- a) Superintendente: **Ubiratan** Roberto de Paula
- b) Superintendente Substituto: **Antoneudo** Ribeiro Lima
- c) Seção de Policiamento e Fiscalização: **Stênio Pires** Benevides/ **Ricardo Araújo** Bezerra
- d) Seção Administrativa e Financeira: **Agildenor** Leite Gomes
- e) Seção de Correição e Disciplina: Wilton Mourão **Torquato**
- f) Seção de Recursos Humanos: André Teles de Menezes Almeida/ **Álvaro** Barreto Dantas
- g) Núcleo de Inteligência: **Eldyr** de Campos Carvalho Filho
- h) Núcleo de Apoio Jurídico Regional: José Maria Melo e Silva/ **Antoneudo** Ribeiro Lima
- i) Núcleo de Comunicação Social: **Darlan Antares M. Souto**
- j) Chefe de Delegacia:
 - Caucaia/CE
Luciano Teixeira Lira/ João Cícero Cardoso **Guedes**
 - Canindé/ CE
Francisco **Wagner** Alves Barbosa
 - Russas/ CE
João de Paula Fernandes Vieira
 - Sobral/ CE
Manoel **Mota** Diniz
 - Icó/ CE
João **Miceno** Marque de Lima

1.1.3. Estrutura Organizacional da Unidade:

SUPERINTENDENTE REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL



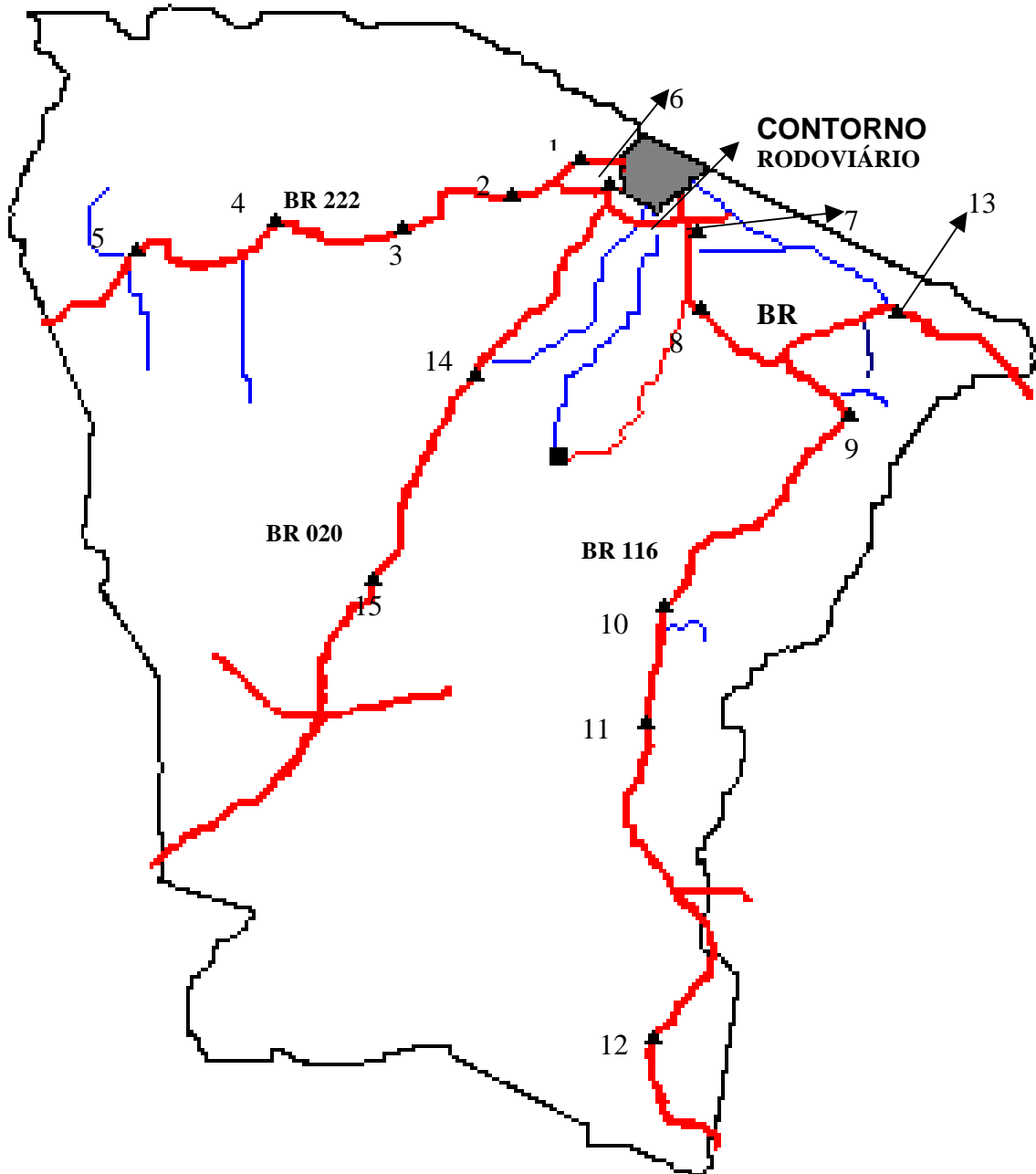
1.1.4. Circunscrição da Regional:

a) Abrangência territorial da Unidade Regional: Ceará

b) Malha viária: BR's 020, 116, 222 e 304, totalizando 1.790 Km.

IV. Descrição da Unidade Regional:

POSTOS FIXOS DE FISCALIZAÇÃO DA PRF/CE



PF = POSTO FIXO

PF 1 - Caucaia (desativado)

PF 3 - Irauçuba

PF 5 - Tianguá

PF 7 - Messejana (desativado)

PF 9 - Russas

PF 11- Icó

PF 13- Aracati

PF 15- Boa Viagem

PF.2 - Croatá

PF 4 - Sobral

PF 6 - Campo Grande

PF 8 - Chorozinho

PF 10- Jaguaribe

PF 12- Milagres

PF.14- Canindé

PF 16- Boísa

1.1.5. RELAÇÃO DE DELEGACIAS E POSTOS FIXOS DA 16ª SPRF/CE COM RESPECTIVA JURISDIÇÃO

CENTRAL DE INFORMAÇÕES

ENDEREÇO : BR 116 Km 06, S/N - CAJAZEIRAS
LOCALIDADE : FORTALEZA
MUNICÍPIO : FORTALEZA
CEP : 60.864-190
TELEFONES : (085) - 3295-3022; 3295-3472; 3295-4286;
3295-4273; 3295-4286; 3295-4794; 1527;
3295-3591 (direto)

1ª DELEGACIA – CAUCAIA

CHEFE : INSP. LUCIANO TEIXEIRA LIRA/ JOÃO CARDOSO CICERO GUEDES
ENDEREÇO : BR 020 Km 402, S/N
LOCALIDADE : CAMPO GRANDE
MUNICÍPIO : CAUCAIA
TELEFONE : (085) 3213-0137
FAX : (085) 3213 0131
JURISDIÇÃO DA DELEGACIA : BR 116 DO KM 000 ATÉ KM 050 (PACAJUS)
:BR 020 DO KM 405 ATÉ KM 356 (LAGOA DO JUVENAL)
:BR 222 DO KM 000 ATÉ KM 122 (ITAPAGÉ)

POSTO – MESSEJANA

ENDEREÇO : BR 116 KM 14
LOCALIDADE : MESSEJANA
MUNICÍPIO : FORTALEZA
TELEFONE :
JURISDIÇÃO DO POSTO : BR 116 KM 000 ATÉ KM 050 (HORIZONTE)
OBS.: POSTO DEMOLIDO COM RECONSTRUÇÃO PREVISTA PRA O KM 019 DA BR 116.

POSTO – CROATÁ

ENDEREÇO : BR 222 KM 060
LOCALIDADE : CROATÁ
MUNICÍPIO : CROATÁ
TELEFONE : 085 3340-1029
JURISDIÇÃO DO POSTO : BR 222 KM 040 ATÉ KM 122 (ITAPAGÉ)

POSTO - CAMPO GRANDE

ENDEREÇO : BR 222 KM 012
LOCALIDADE : CAMPO GRANDE
MUNICÍPIO : CAUCAIA
TELEFONE : (085) 3213-1520
JURISDIÇÃO DO POSTO BR 020 –CONTORNO RODOVIÁRIO : BR 222 KM 000 ATÉ KM 040

2ª DELEGACIA - CANINDÉ

CHEFE : INSP. FCO WAGNER ALVES BARBOSA
ENDEREÇO : BR 020 Km 304
LOCALIDADE : PALESTINA
MUNICÍPIO : CANINDÉ
TELEFONE : (085) 3343-1309
FAX : (088) 3343-1320
JURISDIÇÃO DA DELEGACIA : BR 020 DO KM 356 (LAGOA DO JUVENAL) ATÉ KM ZERO (DIVISA CE/PI)

POSTO - BOISA

ENDEREÇO : BR 020 KM 371
LOCALIDADE : MARANGUAPE
MUNICÍPIO : MARANGUAPE
TELEFONE : (085) 3342.7373
JURISDIÇÃO DO POSTO : BR 020 KM 405 ATÉ KM 367 (LAGOA DO JUVENAL)

POSTO - CANINDÉ

ENDEREÇO : BR 020 Km 310
LOCALIDADE : CANINDÉ
MUNICÍPIO : CANINDÉ
TELEFONE : (085) 3343-2042
JURISDIÇÃO DO POSTO BR 020 DO KM 366 (LAGOA DO JUVENAL) ATÉ KM 255

POSTO - BOA VIAGEM

ENDEREÇO : BR 020 Km 208
LOCALIDADE : BOA VIAGEM
MUNICÍPIO : BOA VIAGEM
TELEFONE : (088) 3427-1159
JURISDIÇÃO DO POSTO : BR 020 DO KM 255 ATÉ KM 000 (DIVISA CE/PI)

3ª DELEGACIA – RUSSAS

CHEFE : INSP. JOÃO DE PAULA FERNANDES VIEIRA
ENDEREÇO : AV GOV. RAUL BARBOSA, 502-ALTO DA BELA VISTA
LOCALIDADE : RUSSAS
MUNICÍPIO : RUSSAS
TELEFONE : (088) 3411-2570
FAX : (088) 3411-2570
JURISDIÇÃO DA DELEGACIA : BR 116 DO KM 050 ATÉ KM 250 (SOMBRIO)
: BR 304 DO KM 000 ATÉ KM 099 (DIVISA CE/RN)

POSTO – CHOROZINHO

ENDEREÇO : BR 116 Km 069
LOCALIDADE : TRIÂNGULO DE QUIXADÁ
MUNICÍPIO : CHOROZINHO
TELEFONE : (085) 3319-1235
JURISDIÇÃO DO POSTO : BR 116 DO KM 050 ATÉ KM 112

POSTO – ARACATI

ENDEREÇO : BR 304 Km 053
LOCALIDADE : ARACATI
MUNICÍPIO : ARACATI
TELEFONE : (088) 3421-1090
JURISDIÇÃO DO POSTO : BR 304 DO KM 000 ATÉ KM 099 (DIVISA CE/RN)

POSTO – RUSSAS

ENDEREÇO : BR 116 Km 158
LOCALIDADE : RUSSAS
MUNICÍPIO : RUSSAS
TELEFONE : (088) 3411-0290
JURISDIÇÃO DO POSTO : BR 116 DO KM 112 ATÉ KM 250 (SOMBRIO)

4ª DELEGACIA – SOBRAL

CHEFE : INSP. MANOEL MOTA DINIZ
ENDEREÇO : AV FERNANDES TÁVORA, S/N - SINHA SABÓIA
LOCALIDADE : SOBRAL
MUNICÍPIO : SOBRAL
TELEFONE : (088) 3614-3133
FAX : (088) 3614-3044
JURISDIÇÃO DA DELEGACIA : BR 222 DO KM 122 ATÉ KM 347 (DIVISA CE/PI)

POSTO – IRAUCUBA

ENDEREÇO : BR 222 KM 153
LOCALIDADE : IRAUCUBA
MUNICÍPIO : IRAUCUBA
TELEFONE : (088) 635-1195
JURISDIÇÃO DO POSTO : BR 222 KM 122 ATÉ KM 197

POSTO – SOBRAL

ENDEREÇO : BR 222 KM 224
LOCALIDADE : SOBRAL
MUNICÍPIO : SOBRAL
TELEFONE : (088) 614-3310
JURISDIÇÃO DO POSTO : BR 222 KM 197 ATÉ KM 280

POSTO – TIANGUÁ

ENDEREÇO : BR 222 KM 314
LOCALIDADE : TIANGUÁ
MUNICÍPIO : TIANGUÁ
TELEFONE : (088) 3671-1611
JURISDIÇÃO DO POSTO : BR 222 KM 280 ATÉ KM 347 (DIVISA CE/PI)

5ª DELEGACIA – ICÓ

CHEFE : INSP. JOÃO MICENO MARQUE LIMA
ENDEREÇO : RUA ILÍDIO SAMPAIO, 2036 - CENTRO
LOCALIDADE : CENTRO
MUNICÍPIO : ICÓ
TELEFONE : (088) 3561-1279
FAX : (088) 3561-1311
JURISDIÇÃO DA DELEGACIA : BR 116 DO KM 250 ATÉ KM 554 DIVISA CE/PE)

POSTO – JAGUARIBE

ENDEREÇO : BR 116 Km 296
LOCALIDADE : PITOMBEIRA
MUNICÍPIO : JAGUARIBE
TELEFONE : (088) 3522-1775
JURISDIÇÃO DO POSTO : BR 116 DO KM 254 ATÉ KM 336

POSTO – ICÓ

ENDEREÇO : BR 116 Km 368
LOCALIDADE : ICÓ
MUNICÍPIO : ICÓ
TELEFONE : (088) 3561-1829
JURISDIÇÃO DO POSTO : BR 116 DO KM 336 ATÉ KM 421

POSTO – MILAGRES

ENDEREÇO : BR 116 Km 487
LOCALIDADE : MILAGRES
MUNICÍPIO : MILAGRES
TELEFONE : (088) 3553-1400
JURISDIÇÃO DO POSTO : BR 116 DO KM 421 ATÉ KM 554

1.1.6. Apresentação

O Relatório de Gestão é instrumento de planejamento, acompanhamento e avaliação da gestão institucional, elaborado em consonância com a com a Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009, da Portaria TCU nº 389/2009 e da Portaria CGU nº 2.270/2009., que deverá compor o relatório de Tomada de Contas Anual, relativamente ao exercício de 2009.

A base para a elaboração deste Relatório de Gestão está fundamentada em 03 eixos prioritários, quais sejam: Gestão, Planejamento e Controle. O Relatório está organizado e sistematizado de modo a que se possibilite a visualização das ações desenvolvidas pela 16ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal no decorrer do exercício de 2009 e a aplicação dos recursos financeiros, fornecendo subsídios para o planejamento de políticas de segurança pública e assistência à saúde.

Este Relatório de Gestão visa correlacionar as metas, os resultados consolidados e a destinação dos recursos contemplados nos Programas de Governo:

0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais,

1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal e

0750 – Apoio Administrativo, no exercício de 2009. Desse modo, torna-se o instrumento de acompanhamento orçamentário e financeiro, bem como de avaliação do funcionamento dos serviços a partir de critérios definidos de eficiência, eficácia e efetividade das ações desenvolvidas no âmbito da 16ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal.

Em seu conteúdo, o Relatório de Gestão, conforme já referido, exibirá as realizações, os resultados operacionais e os índices de satisfação obtidos em função das metas programadas, bem assim, o impacto alcançado em função das ações desempenhadas.

Contempla, também, o grau de eficácia e efetividade perseguido pela Organização, considerando a sua estrutura atual e atrelados aos recursos consignados e conseqüentemente aplicados, cujos resultados obtidos subsidiam a tomada de decisões no que concerne à gestão. base para a elaboração deste Relatório de Gestão está fundamentada em 03 eixos prioritários, quais sejam: Gestão, Planejamento e Controle.

O Relatório está organizado e sistematizado de modo a que se possibilite a visualização das ações desenvolvidas pela 16ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal no decorrer do exercício de 2009 e a aplicação dos recursos financeiros, fornecendo subsídios para o planejamento de políticas de segurança pública e assistência à saúde.

Para a sua elaboração foram utilizados como instrumentos norteadores o Plano Plurianual – PPA, o Orçamento autorizado na LOA 2009 e os relatórios de atividade das diversas áreas desta Regional. Essa perspectiva macro e com acompanhamento setorizado vem evoluindo gradativamente, principalmente diante das inovações emanadas do DPRF, de sorte que a abordagem está centralizada na Gestão de Programas e Ações.

Com o presente documento, a 16ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal encerra o exercício, enaltecendo sua missão institucional de zelar pela segurança pública nas rodovias e estradas federais como processo permanente de gestão, pela prática da responsabilidade social, desenvolvendo e promovendo ações sociais comprometidas com a segurança, a cidadania e a integridade física e patrimonial dos usuários das rodovias federais.

UBIRATAN ROBERTO DE PAULA
Superintendente Regional

2. Responsabilidade Institucional

2.1. Papel da unidade na execução das políticas públicas

As rodovias federais representam fator estratégico na aplicação de qualquer programa nacional, pois representam o elo de integração nacional realmente consolidado pela capilaridade da Polícia Rodoviária Federal presente em todo o país em contato direto e, principalmente identificado do Governo Federal com a população.

Os acidentes de trânsito representam prejuízos incalculáveis à economia e à sociedade brasileira, pois os componentes de conseqüências desfavoráveis de um acidente de trânsito interferem na saúde pública pelo alto índice de dispêndios governamentais com as vítimas, pela interferência na vida em família, pelos danos irreparáveis das vítimas, pelos prejuízos na população economicamente ativa, pelo prejuízo de cargas e veículos sinistrados, dentre muitos outros que compõem prejuízos que contabilizam, indubitavelmente, cifras de bilhões de reais além dos danos intangíveis e irreparáveis na vida social e familiar do cidadão.

Com uma ação mais efetiva para a redução das vítimas de acidentes, pode-se reduzir os gastos da previdência social e do sistema de saúde com inválidos e com atendimento aos acidentados em milhares de reais. Além do trânsito geral de veículos, é imperativo ressaltar a importância de ações focadas aos profissionais de transporte que fazem fluir quase a totalidade da produção e das riquezas de nosso país, pois é necessário prestar a assistência e a orientação de forma a que o serviço seja aperfeiçoado com o suporte da Polícia Rodoviária Federal, pois, atualmente, devido à insuficiência de recursos, esses profissionais estão praticamente abandonados no leito de nossas rodovias.

Há ainda necessidade de implementação de ações de segurança e educação de trânsito previstas pelo Código de Trânsito Brasileiro, pois a situação caótica do trânsito brasileiro somente será passível de reversão se forem adotados procedimentos de conscientização à população. Nesse aspecto, verificamos que, em decorrência dos erros dos objetivos estratégicos ocorridos nas décadas passadas, a Polícia Rodoviária Federal foi enfraquecida gradativamente na razão inversa ao crescimento da malha viária a ser patrulhada, ao acréscimo dos veículos em circulação, ao acréscimo dos condutores e pedestres em trânsito, ao crescimento da mercadoria em circulação e, conseqüentemente, ao alto crescimento da criminalidade. Esses fatores acabaram por contribuir de forma extrema com o fortalecimento desenfreado do crime em nosso País pela ausência de um poder fiscalizador efetivo nas nossas vias de ligação nacionais e internacionais, bem como do aumento da corrupção e da degradação dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal.

Atualmente verificamos a situação da violência e da criminalidade urbana e rural eivando também as "artérias" de nosso país e assolando a população em patamares extremamente críticos. O Brasil possui cerca de 87% de seu transporte efetuado pelo modal rodoviário segundo os dados da Confederação Nacional do Transporte – CNT, portanto é notável que, de uma forma ou outra, o crime também transitará e acontecerá na rodovia federal. Fica evidente também que os criminosos utilizam as rodovias para fugas, práticas delituosas, transporte de produtos e subsídios do crime, além de muitos outros. A situação-problema apresentada pelo cenário extremamente crítico da criminalidade é, em maior parte, ocasionada pela possibilidade de trânsito de materiais ilícitos e pessoas criminosas de uma local para outro em todo o País e, inclusive, no trânsito internacional.

O suporte logístico que financia e mantém o crime, embora possa chegar em portos e aeroportos, certamente transitará de uma forma ou outra por nossas rodovias federais, visto que a criminalidade não se sustenta ativa nesses locais – ela ocorre no seio de nossa sociedade. O simples aumento na ação de repressão nos locais de ocorrência da criminalidade não representa uma qualidade efetiva na ação do Estado, pois estará combatendo a conseqüência já instalada, sem uma ação que evite que a sociedade seja vitimizada por esses fatores, além do que o crime já estará interferindo na vida cotidiana da sociedade pelo combate entre polícia e criminosos, pois à medida que a polícia se reforça simplesmente para combater o crime, a criminalidade também se reforça para combater a polícia. Neste sentido, as ações focadas de combate à criminalidade nos grandes centros urbanos possuem certa efetividade momentânea e, normalmente, incipiente, pois, à medida que é realizado o combate ao crime em determinada localidade, as ações criminosas apenas migram para outro lugar de desenvolvimento. Portanto é necessária uma ação integrada de forma a combater

o crime local e evitar que os criminosos possam transitar livremente por diversos pontos do nosso país em busca do local mais propício para o desenvolvimento de suas atividades.

Se por um lado possui programas de incentivo ao turismo, ao comércio e à integração nacional, por outro lado a grave situação de segurança pública nas rodovias federais afasta os turistas, os empresários, os transportadores e os elementos de integração de iniciativas que demandem o deslocamento por nossas vias nacionais pela simples sensação de insegurança proporcionada pelo alto índice de criminalidade e da insuficiente proteção promovida pela Polícia Rodoviária Federal em virtude da escassez de recursos materiais e humanos.

As características inerentes ao trânsito rodoviário favorecem demasiadamente a proliferação das ações criminosas e dificultam o combate a ser exercido, pois a facilidade de dispersão das informações referentes aos crimes pelo simples fato de que os dados referentes à ocorrência estarão distribuídos em inúmeras localidades. Criminosos de diversas localidades podem simplesmente "eleger" algum ponto da rodovia mais favorável de sua atuação, colocando à população sob permanente ameaça de uma ação criminosa. Outro fator se constitui na própria característica dos chamados crimes de trânsito, onde os veículos são utilizados como instrumentos para a execução de praticas delituosas, englobando, além dos crimes de trânsito, todo o crime configurado pelo transporte ilícito, como o tráfico de drogas e armas, o descaminho, o contrabando, o transporte irregular, dentre muitos outros.

Vários segmentos do crime podem ser combatidos de maneira otimizada nas rodovias federais pela inter-relação das ações criminosas, tais como os crimes de evasão fiscal e de divisas, o transporte ilegal de madeiras e animais silvestres, o trabalho escravo, a exploração sexual infantil (que se concentra às margens das rodovias), o tráfico de pessoas, o transporte de materiais irregulares e falsificados, etc. Os assaltos a cargas e passageiros em rodovias federais vêm crescendo a cada período, aumentando os valores do frete e do transporte com seguros, escoltas e proteções adicionais que refletirão nos custos a serem repassados ao consumidor final de bens e serviços, aumentando o custo de vida e o impacto econômico da sociedade.

Outros fatores identificados da situação social do país e campo de atuação da Polícia Rodoviária Federal são as manifestações reivindicatórias das mais diversas formas, desde os movimentos para reforma agrária, passando pelas manifestações dos caminhoneiros, até reivindicações locais por demandas diversas da sociedade onde, freqüentemente, há o bloqueio de rodovias federais trazendo inúmeros prejuízos à população, bem como a necessidade da presença ostensiva do Estado caracterizada pela Polícia Rodoviária Federal no apoio à Sociedade nas situações de calamidade pública, como enchentes, queimadas e queda de barreiras e estradas. Por outro lado verificamos outro fator importantíssimo da constituição da segurança pública representada pela condição do trânsito de veículos e pessoas em nosso país. O foco de atuação deste programa está inserido em uma visão de real proteção ao cidadão proporcionada pelo braço identificado do Estado de forma preventiva aliada à necessária repressão do crime, ou seja, não se pretende o simplório atendimento da grave situação de segurança pública - é almejada a real segurança proporcionada pela supressão dos subsídios de reforço da criminalidade aliada a ações de inteligência policial com a execução de ações voltadas à prevenção e repressão ao crime organizado e ao tráfico de drogas.

As ações desenvolvidas nas rodovias federais deverão ser integradas com os demais órgãos da força de segurança pública e da sociedade em geral, em vista de que o transporte de materiais ilícitos e o trânsito de criminosos inevitavelmente estarão combinados com infrações nas áreas atinentes da polícia judiciária, do fisco, dos crimes transnacionais, do meio-ambiente, da sociedade comercial e das manifestações sociais em todas as esferas, dentre muitos outros.

A Polícia Rodoviária Federal é o único órgão de âmbito federal capaz de reduzir os graves parâmetros em que se encontra a situação da segurança pública de nossas rodovias federais e, em virtude de sua capilaridade por todo o território nacional, servir como articulador direto de operacionalidade de um plano nacional de segurança pública, pois é constituída de cerca de 500 unidades policiais e uma abrangência de ação de mais de 3500 municípios em todo o Brasil, bem como possui serviço direto, identificado e ininterrupto à sociedade durante as 24 horas do dia, 7 dias por semana, em todos os dias do ano. Além disso, a Polícia Rodoviária Federal possui a autosustentabilidade do órgão garantida por serviços prestados, arrecadação de multas e parcerias de cooperação técnica e financeira.

Ao longo de 2009, a 16ª SPRF desenvolveu trabalhos em diversas frentes de atuação que repercutiram na garantia da segurança nas rodovias federais, através de ações educativas, preventivas e repressivas, buscando reduzir o número de acidentes, combater os mais diversos tipos de crimes e preservar o meio ambiente.

A PRF, por meio do policiamento ostensivo de ronda nos 1.790km de rodovias federais, desenvolveu ações de fiscalização em pontos críticos e assistência e socorro a vítimas de acidentes de trânsito.

2009 foi mais um ano violentos na questão de acidentes de trânsito. A imprudência como sempre, foi a principal causa dos acidentes e mortes, visto que a maioria das ocorrências aconteceram em pistas com boas condições de trafegabilidade. Cálculos baseados em estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), apontam que o prejuízo com acidentes nas rodovias federais em 2009 ultrapassou a cifra dos R\$ 10 bilhões.

Apesar da intensificação da fiscalização por parte da PRF, com aumento de aproximadamente 31% das multas por excesso de velocidade em relação à 2008, um aumento de cerca de 31 % do número de flagrantes de alcoolemia ao volante e um número expressivo de 83.671 autuações contabilizadas em rodovias federais, não se conseguiu reduzir o número de acidentes em 2009. Em 2010, o planejamento é intensificar mais ainda a fiscalização, focando o policiamento nos trechos de rodovias mais críticos em ocorrências de acidentes e mortes.

Entre os fatores conjunturais que contribuíram para o aumento dos acidentes de trânsito nas rodovias federais destacam-se: o crescente crescimento econômico, que aumentou o tráfego em rodovias em virtude da explosão de vendas de veículos automotores, alavancada pelas baixas taxas de juros e pela dilatação dos prazos de financiamento, colocando em circulação um incremento de quase 10% da frota existente veículos, o que abarrotou as estradas federais, assim como foi verificada uma explosão demográfica às margens de nossas principais rodovias, aumentando consideravelmente a probabilidade de acidentes e, por último, a melhoria das condições das rodovias, reforçando paradoxo de que quanto melhores as rodovias, elevam-se de forma exponencial os acidentes devido ao excesso de velocidade.

A Polícia Rodoviária Federal, plenamente integrada ao RENAINF em 2009 (banco de dados que integra todos os DETRANs do país), pôs fim à impressão de impunidade que existia nas rodovias brasileiras. Com isto, os motoristas infratores flagrados pela PRF recebem suas multas em qualquer lugar do país. Quem não paga, não licencia o veículo.

Foram realizadas inúmeras operações especiais de combate ao crime nas rodovias federais, tendo como resultado a apreensão de 46 kg. de cocaína, 560 kg. de maconha, detenção de 21 pessoas por tráfico de entorpecentes e apreensão de 46 armas de fogo.

Como defensora do meio ambiente, a PRF também mostrou empenho em ações conjuntas com o Ibama. Apreendendo quantidade considerável de madeira extraída de forma irregular. Foram também verificadas flagrantes de transporte ilegal de animais silvestres; entre aves raras e mamíferos em extinção, foram descobertos pela Polícia Rodoviária Federal em compartimentos cada vez mais criativos e cruéis, inclusive dentro de pneus estepes, no interior da lataria dos veículos, e em compartimentos sem nenhum tipo de ventilação.

Por mais um ano, a Polícia Rodoviária Federal combateu sistematicamente a exploração sexual de crianças e adolescentes às margens das rodovias.

A seguir, apresenta-se quadro comparativo das apreensões de 2008 e 2009 onde se verifica a eficácia e eficiência das ações

INDICE DE ACIDENTES	2008	2009
Total Acidentes	134.452	151.237
Frota Nacional	54.832.812	59.361.642
Acidente/10.000 veic	25	25.4
Varição do Índice	-1,85%	+1.60%
Mortos	6.590	7.029
Mortos/1.000.000 veic	120	118
Varição do Índice	-13,50%	-1.67%
Feridos	77.486	85.935
Feridos/1.000.000 veic	1.413	1.447
Varição do Índice	-7,25%	+2.40%

Fonte: ROD 2008/2009

OCORRÊNCIA	MEDIDA	2008	2009	VARIAÇÃO
Pessoas detidas	unidade	26.579	33.083	24.47%
Maconha	quilo	72.562	61.960	-14.61%
Cocaína	quilo	3.585	3702	3.26%
Haxixe	esfera	157.674	150.588	-4.49%
Crack	quilo	511	750	46.77%
CD/DVD	unidade	7.267.284	9.132.720	25.66%
Cigarros	pacote	1.718.310	2.709.295	57.67%
Combustível	litro	128.295	503.565	292.50%
Informática	unidade	85.585	105.771	23.58%
Eletrônico	unidade	228.571	431.379	88.73%
Medicamentos	unidade	496.663	3.228.915	550.12%
Armas	unidade	1.392	1.738	24.85%
Munições	unidade	66.216	101.119	52.71%
Animais silvestres	unidade	97.889	17.169	-82.46%
Madeira	m ³	78.389	437.497	458.11%
Trabalhador libertado	unidade	906	797	-12.03%
Veículos recuperados	unidade	3.451	3.993	15.71%
Veículos fiscalizados	unidade	6.862.182	6.464.614	-5.79%
Flagrantes de infrações	unidade	1.443.354	1.672.924	15.91%

Fonte: ROD, relatório operacional diário 2008/2009

Foram adquiridos pelo DPRF diversos veículos e equipamentos que melhorarão o desempenho dos policiais nas atividades rotineiras, possibilitando que os mesmos trabalhem motivados para o cumprimento da missão institucional da PRF.

As viaturas são o principal instrumento de trabalho do policial rodoviário federal, e devido ao grande uso, os veículos são depreciados em menos de quatro anos, sendo necessário um plano contínuo de aquisição de novas viaturas, sob pena de diminuição da capacidade operacional e aumento exponencial dos gastos com manutenção de veículos, entretanto, apesar desta necessidade, em 2009 foram destinadas à 16ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal, apenas 02 (duas) viaturas operacionais, visando otimizar o trabalho operacional e administrativo, tendo com isto prejudicado a nossa intenção que era a busca de uma renovação mais efetiva de nossa frota operacional.

As instalações físicas e edificações que compõem o acervo patrimonial do DPRF são originárias do extinto DNER, cujas datas de construção obedeciam a padrões arquitetônicos das décadas de 60 e 70, estando por demais ultrapassados os conceitos de ergonomia e estruturação física. Neste sentido a 16ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal, através do planejamento eficaz e enxuto tem conseguido junto ao DPRF descentralização de recursos para obras e reformas, visando proporcionar ao PRF da área finalística uma melhor condição de desempenho laboral.

Em 2009, em virtude de gestões inúmeras desta Regional junto ao DPRF, foi possível contratar empresa especializada para realizar levantamento e projetar as reformas e construções, no que couber, de um posto de fiscalização e projeto de ampliação do CTNe, passo inicial visando a completa melhoria do ambiente de trabalho do policial que realiza o trabalho finalístico do órgão.

A Tecnologia da Informação é primordial nas atividades rotineiras de policiamento e fiscalização, pois através do uso da rede de dados é possível identificar indivíduos com mandatos de prisão em aberto, averiguar dados de veículos suspeitos, além de cadastrar acidentes e multas em tempo real. Para realização dessas atividades, a PRF mantém uma extensa rede de dados interligando todos os postos, delegacias, superintendências e sede do departamento.

No ano de 2009 foi dada manutenção ao projeto Sistemas de Tecnologia Integradas, que conta com 36 computadores de mão (PDA's), com acesso a internet e aos bancos de dados de trânsito e segurança pública (RENAINF, INFOSEG), o que possibilitou ao policial consultar em campo, indivíduos e veículos, agilizando a fiscalização, bem como a realização de notificações em meio eletrônico, reduzindo a incidência de erros no preenchimento dos autos de infração.

Destaca-se, ainda em 2009, a aquisição de diversos equipamentos de informática, tais como, impressoras a laser, computadores, notebooks, servidores de rede, entre outros, renovando em parte, o parque computacional da 16ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal.

Através destas ações de modernização, a PRF pretende continuar com mais eficiência a sua missão de resguardar a segurança pública, tendo como meta reduzir o número de acidentes e mortes nas rodovias federais, contribuindo para o bem estar da sociedade.

3. Estratégias de Atuação

Os principais objetivos definidos para 2009 foram basicamente a continuidade do planejamento efetuado anteriormente conforme segue abaixo:

- Diminuição dos acidentes e mortes nas rodovias;
- Reforço nas ações de combate à criminalidade;
- Modernização da infra-estrutura das unidades e viaturas

Diminuição dos acidentes e mortes nas rodovias

Estratégia 1: Utilização do cartão programa para fiscalização de pontos críticos

Uma das premissas utilizadas no planejamento de operações para diminuição dos acidentes de trânsito, é de que a presença da viatura na rodovia, inibe o cometimento de infrações de trânsito, pela expectativa de punição. Neste sentido, a ênfase principal foi alocar o máximo de policiais na pista, retirando-os da imobilidade nos postos, e fazendo-os atuar em ronda ou em pontos fixos nas rodovias.

Utilizou-se para isso o expediente do cartão programa, que é um itinerário das tarefas que o policial irá realizar no decorrer do plantão. No cartão programa consta em quais trechos da rodovia a viatura deverá se posicionar para realizar operações de fiscalização, além de trechos que deverão sofrer ronda, em horários específicos. O planejamento do cartão programa é feito pelo chefe de delegacia que, através do banco de dados da PRF, o DATATRAN, verifica os trechos com maior incidência de acidentes e criminalidade, programa o roteiro que deverá ser executado pela equipe de cada posto, no decorrer da semana.

Na implantação desta estratégia, foram verificadas as seguintes dificuldades, que impactaram o atingimento das metas estabelecidas:

Falta de efetivo:

Diversos postos possuem apenas dois policiais de plantão, como é necessário um policial no posto para atendimento ao público e atendimento de chamadas emergenciais, permanece apenas um policial para fazer o serviço de ronda e fiscalização em pontos fixos, o que é altamente inseguro e desaconselhável, por questão de segurança. Dessa forma, nos postos onde o efetivo é reduzido, o serviço de ronda é prejudicado, e os policiais se concentram em operações em frente ao posto, não utilizando o cartão programa, deixando de fiscalizar os pontos críticos nas rodovias.

Um outro aspecto observado foi a relação quilômetro fiscalizado por posto. Foi verificado que uma grande quantidade de postos tem como competência fiscalizar mais de 230 km de rodovias, quando o ideal era fiscalizar no máximo 100 km, pois, nesse caso, a viatura levaria em média uma hora para atender a uma ocorrência no local mais distante do posto. Nestes postos, com grande malha rodoviária para fiscalizar, verificou-se também que não havia efetivo suficiente para criação de várias rondas para serem distribuídas nos pontos críticos mais distantes do posto, tendo como consequência a não fiscalização dos pontos críticos distantes do posto.

É de ressaltar que uma parcela razoável de policiais do quadro, encontram-se realizando atividades administrativas, na sede central e no plantão da Regional e nas delegacias. Para sanar este problema a 16ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal tem feito gestão junto ao DPRF e esse ao Ministério do Planejamento para autorização de concurso para servidores administrativos (administradores, engenheiros, contadores, médicos, analistas de sistema, técnicos administrativos, etc) porém, ainda não se conseguiu o atendimento desta demanda. A contratação de servidores administrativos, liberaria um contingente significativo de policias para atuarem novamente nas pistas, suprimindo em parte, a carência de efetivo.

Acidentes em trechos urbanos de rodovias, envolvendo pedestres e ciclistas

Foi observado que um grande número de acidentes e mortes ocorriam em trechos urbanos de rodovias, envolvendo atropelamento de pedestres e ciclistas. Grande parte dos acidentes acontecem por negligência de pedestres/ciclistas que ao atravessar as rodovias não utilizam as passarelas, se arriscando no meio do trânsito de carros, ônibus e caminhões. Como não existe a regulamentação de

infração para pedestres/ciclistas, uma solução para o problema, é a instalação de diversas lombadas eletrônicas nos trechos urbanos das rodovias, para diminuir a velocidade do tráfego, a fim de minimizar a quantidade de acidentes entre veículos e pedestres/ciclistas.

A gestão de lombadas eletrônicas nas rodovias pertence ao DNIT, que deverá priorizar a aquisição deste equipamentos para instalação nos trechos urbanos críticos em acidentes.

Estratégia 2: Utilização de Radares Fotográficos Inteligentes

A utilização de radares fotográficos de velocidade tem sido uma solução eficaz para diminuição de infrações de trânsito em trechos críticos. Nesses trechos, existe maior propensão para o desrespeito aos limites de velocidade, tendo como consequência, acidentes como saída de pista, perda de controle do veículo e consequente colisão com automóveis, principalmente em períodos chuvosos. Em 2009, houve a efetiva utilização dos equipamentos adquiridos anteriormente.

Reforço nas ações de combate à criminalidade

Estratégia 1: Capacitar mais policiais nas ações de combate a criminalidade

Um dos fatores motivadores para o trabalho no combate a criminalidade é a capacitação do policial, isto lhe dá segurança para atuar com mais ousadia e técnica no combate a ações criminosas. A experiência teórica e prática de policiais mais experimentados no combate ao crime é transmitida aos mais novos, motivando-os a exercerem as abordagens com mais critério, a fim de detectar possíveis ilícitos penais.

Em 2009, assim como em 2008, foram ministrados diversos cursos de técnicas policiais de combate ao crime, com destaque para o curso de tipos de abordagem ministrado para os policiais desta Regional que com certeza viabiliza uma maior segurança aos policiais operacionais neste quesito.

Modernização da infra-estrutura das unidades e viaturas

Estratégias 1: Contratação de empresa para realizar projetos de ampliação do CTNe e construção do posto de fiscalização localizado no km 19, da rodovia BR 116, da 16ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal.

A melhoria das instalações físicas dos postos, melhoram o clima organizacional da instituição, motivando os servidores e diminuindo os riscos de absenteísmo no ambiente de trabalho.

Dificuldades:

1- Recursos ordinário insuficiente para atender as várias necessidades de reformas;

No primeiro momento foi priorizado a contratação dos projetos citados acima, que será o marco inicial para tomada de decisões no que diz respeito às necessidade de reformar ou construir os Postos de Fiscalização da 16ª SRPRF/CE.

Estratégia 2: Substituição de viaturas obsoletas

As viaturas são o principal instrumento de trabalho da PRF, devido ao intenso uso, é aconselhável a sua substituição a cada quatro anos, sob pena de se aumentarem exponencialmente os custos com manutenção, e de se colocar em risco a vida do policial, por problemas mecânicos durante as rondas/perseguições. Como em média, existem 130 viaturas em funcionamento, o ideal seria a substituição de pelo menos 25% destes veículos por ano.

Dificuldades:

1-Limite orçamentário contingenciados.

A compra de maior vulto de viaturas, segundo o DPRF, ficou prejudicada em virtude de contingenciamento de limite orçamentário no final do exercício de 2009.

2-Recursos insuficientes para reposição de ¼ da frota

A estratégia do DPRF e conseqüentemente, da 16ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal, foi parcialmente prejudicada devido às limitações orçamentárias, pois não foi possível substituir ¼ da frota, a fim de diminuir os custos de manutenção (atualmente em R\$ 450.000,00/ano). Apesar de termos recebidos vários veículos (02 Operacionais e 05 Administrativos), o que contribuiu para melhorar ainda que de forma precária, a fiscalização de nossas rodovias.

Estratégia 3: Melhorar a segurança nos Centros de Processamento de Dados

Devido a problemas de picos e interrupções de energia no ambiente dos servidores de rede do CPD, todos os sistemas da 16ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal, podem parar de funcionar, prejudicando o serviço rotineiro do policial na rodovia, tais como: consulta aos bancos de dados de segurança pública e preenchimento dos boletins de ocorrências eletrônico. Neste sentido, é estratégico a melhoria da segurança contra falta e picos de energia, visando preservar os equipamentos, isto foi conseguido pela aquisição de nobreaks, aparelhos de ar condicionado e sensores de temperatura.

4. Gestão das Ações

4.1. Programas

4.1.1. Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União

4.1.1.1.1.. Resultados

0181-0001 – Nacional – 30107 (Pagamento de Aposentadorias e Pensões)			
	Previsto atual	Realizado	
Físico	35.408,16	35.408,16	%
Financeiro	35.408,16	35.408,16	

Este valor refere-se às descentralizações efetuadas para fazer frente ao pagamento de auxílios funerários de servidores inativos ocorridos no ano de 2009.

4.1.2. Programa 1386 - Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal

4.1.2.1. Dados Gerais

Tipo	Finalístico
Objetivo Geral	Prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura física e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança público
Gerente do Programa	Hélio Cardoso Derenn
Gerente Executivo	Ricardo Max de Oliveira Pereira –CGPLAM/DPRF
Indicadores ou parametros utilizados	Coefficiente de Adequação das Instalações Físicas
Publico Alvo	Departamento de Polícia Rodoviária Federal e usuários de Rodovias Federa

4.1.2.2. Principais Ações do Programa

11MC Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

1821 Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

1835 Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação

1D49 Construção de Edifício-Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal

7061 Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária

4.1.2.3. Gestão das Ações

4.1.2.3.1. Ação 11MC – Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

4.1.2.3.1.1. Dados Gerais

Tipo	Projeto
Finalidade	Prover a estrutura organizacional do DPRF, de instalações físicas e edificações aptas ao desenvolvimento de suas atividades laborativas, Atender as novas demandas da sociedade em Segurança Pública nas Rodovias, Estradas Federais e suas áreas marginais, gerando condições físicas favoráveis a melhor aplicabilidade e representatividade do Estado em todas as Regiões Brasileiras, sob um foco estratégico.
Descrição	Construção e ampliação de edificações que resultam diretamente no desenvolvimento das atividades da Instituição, com instalações modernas, seguras, representativas, funcionais que permitam a total integração entre todos os órgãos de Segurança Pública de Governo, com o objetivo principal de exercer, efetivamente o poder de polícia nas diversas áreas do país.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidade executora	16ª SPRF/CE
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento e Projeto de Infra-Estrutura
Coordenador nacional da ação	GIVALDO MEDEIROS DA SILVA
Responsável pela execução da ação a nível local	Ubiratan Roberto de Paula

4.1.2.3.1.2. Resultados

11MC-0001 – Nacional – 30107 (unidade construída/ ampliada) – Projeto			
	Previsto atual	Realizado	%
Físico	Não houve repasse neste programa para a 16ª SRPRF		
Financeiro			

4.1.2.3.2. Ação 1821- Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

4.1.2.3.2.2. Dados Gerais

Tipo	Projeto
Finalidade	Prover a estrutura organizacional do DPRF, de instalações físicas e edificações aptas ao desenvolvimento de suas atividades laborativas, Atender as novas demandas da sociedade em Segurança Pública nas Rodovias, Estradas Federais e suas áreas marginais, ge
Descrição	Construção e ampliação de edificações que resultam diretamente no desenvolvimento das atividades da Instituição, com instalações modernas, seguras, representativas, funcionais que permitam a total integração entre todos os órgãos de Segurança Pública de G
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidade executora	16ª SPRF/CE
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento e Projeto de Infra-Estrutura
Coordenador nacional da ação	GIVALDO MEDEIROS DA SILVA
Responsável pela execução da ação a nível local	Ubiratan Roberto de Paula

4.1.2.3.2.3. Resultados

1821-0001 – Nacional – 30107 (unidade reformada) – Projeto			
	Previsto atual	Realizado	%
Físico	Não houve repasse neste programa para a 16ª SRPRF		
Financeiro			

4.1.2.3.3. Ação1835 - Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação

4.1.2.3.3.1. Dados Gerais

Tipo	Projeto
Finalidade	Prover o órgão com sistemas de comunicação adequados à atividade fim. Proporcionar à sociedade acesso aos serviços e informações sobre rodovias, multas, processos e outros através da internet, correio eletrônico e outros meios tecnológicos disponíveis
Descrição	Aquisição, reforma, instalação e manutenção de torres de comunicação e repetidoras (estações de reprodução dos sinais de rádio), ampliar e manter a rede de dados e de telefonia do órgão. Aquisição de equipamentos de rádio comunicação, telefonia e rede de
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidade executora	16ª SPRF/CE
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Administração de Redes
Coordenador nacional da ação	RODNEY LOEFFLER RAMOS PORTILHOo
Responsável pela execução da ação a nível local	Ubiratan Roberto de Paula

4.1.2.3.3.2. Resultados

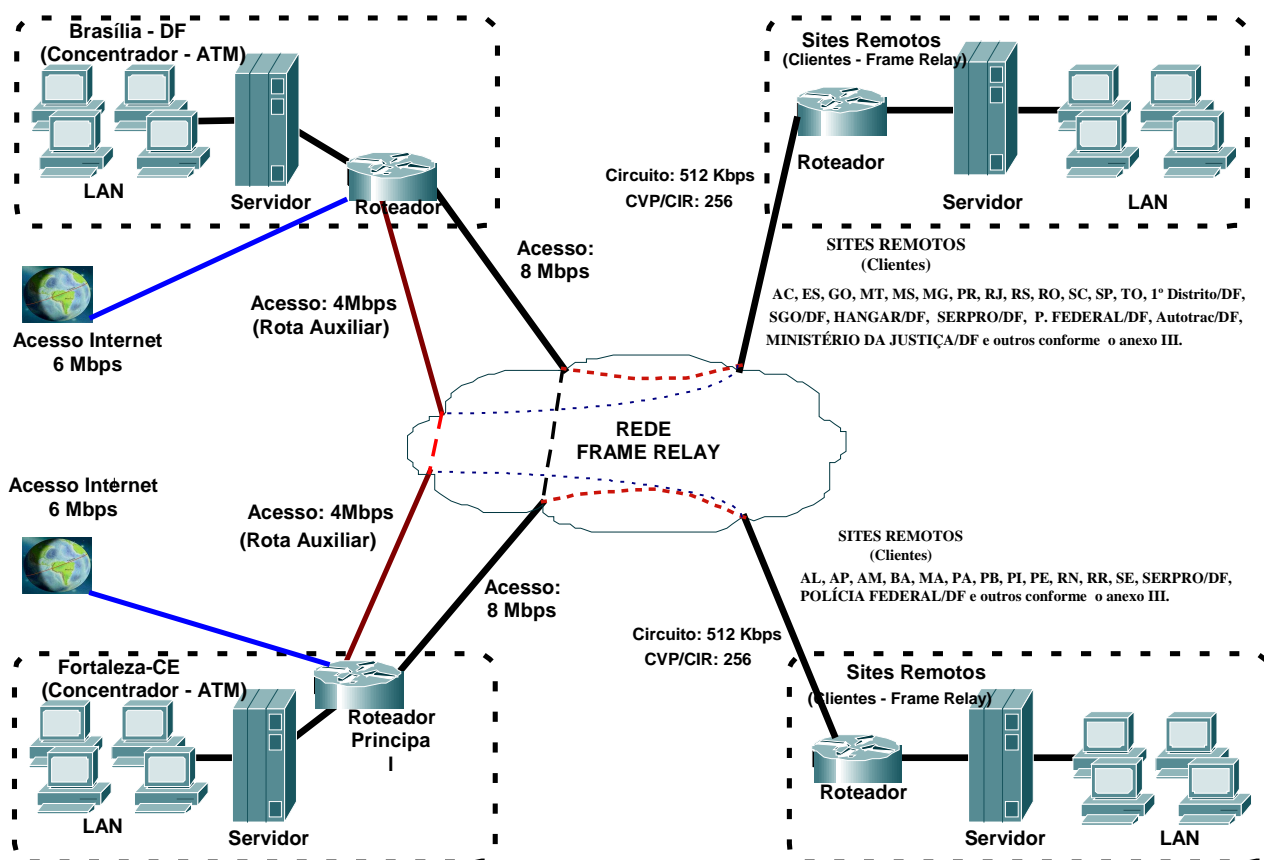
1835-0001 – Nacional – 30107 (unidade provida com os sistema de comunicação reformada) – Projeto			
	Previsto atual	Realizado	%
Físico	DPRF	DPRF	
Financeiro	R\$ 104.197,22	R\$ 104.197,22	100

A Rede da POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL é constituída de diversos serviços relevantes para a Segurança Pública, tais como: **INFOSEG**, medida em que disponibiliza informações de Justiça e Segurança Pública através de uma rede privativa em âmbito nacional. O sistema é uma ferramenta amplamente utilizada pelos órgãos de Segurança Pública, pois integra nacionalmente as informações de indivíduos com mandados de prisão não cumpridos, processos e inquéritos criminais, dados sobre veículos, condutores, armas registradas ou apreendidas pelas Polícias Cíveis, Federais ou pela Justiça Criminal; **BR-Brasil**, ferramenta tecnológica com a finalidade de otimizar as ações de Policiamento e fiscalização; **ALERTA**, de auxílio no combate ao roubo/furto de veículos; **Sistema de Multas**, visando garantir a efetiva imposição da penalidade, observando os prazos e rotinas previstas em Lei, dentre outros. Todos estes dados somente são integrados e compartilhados por meio da rede da POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL, já que os estados não os compartilham entre si, razão pela qual a necessidade de sua implantação.

No ano de 2004, foi feito o contrato da rede de dados, que prevê: 02 (dois) cores, sendo um no Departamento em Brasília/DF e o outro na sede da **16ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal /CE**, ambos com saída de internet e entre eles com 02 (dois) links, sendo um principal e um backup, utilizando ATM.

Informo que o referido contrato contempla 02 (dois) links, um principal e um backup, interligando as sedes das Regionais aos cores, conforme topologia abaixo. As Regionais do sul, sudeste, centro-oeste e mais Rondônia e Acre são interligadas ao link principal de Brasília/DF e o backup à **16ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal/CE**, bem como, as Regionais do

norte e nordeste são interligadas ao link principal de **Fortaleza/CE** e o backup a Brasília/DF, utilizando frame-relay.



Vale lembrar, que no ano de 2004, foi iniciado o contrato da rede local que teve continuidade em 2006, 2007, 2008 e 2009:

A 16ª SPRF/CE possui rede em 20 pontos de acesso através da rede frame-relay. Sendo que na sede são mais 125 microcomputadores, com 14 nos postos e 10 nas Delegacias.

Na área de radiocomunicação temos contratos para manutenção de torres repetidoras e rádios fixos, além de equipamentos de sinalização (intermitentes e sirenes) e rádios móveis instalados em nossas viaturas.

Foram adquiridos ainda, estações de trabalho, impressoras laser, servidores, notebooks, etc. O investimento em tecnologia visa proporcionar ao usuário de nossas rodovias melhor acesso às informações e rapidez na feitura das ocorrências inerentes às atribuições da área fim;

4.1.3. Programa 0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais

4.1.3.1. Dados Gerais

Tipo	Finalístico
Finalidade	Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a repressão de ações delituosas e redução dos acidentes de trânsito
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidade executora	16ª SPRF/CE
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação Geral de Operações
Coordenador nacional da ação	Alvarez Simões Filho
Responsável pela execução da ação a nível local	Ubiratan Roberto de Paula

4.1.3.2. Principais Ações do Programa

2524 Capacitação do Policial Rodoviário Federal

2723 Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais

2C78 Acompanhamento Psicossocial de servidores do DPRF

2816 Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal

2B11 Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da Malha Rodoviária Federal

4290 Atividades de Saúde nas Rodovias Federais

4526 Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

4641 Publicidade de Utilidade Pública

86A1 Processamento, Remuneração dos Departamentos Estaduais de Trânsito e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal

4.1.3.3.1. AÇÃO: 2524 – Capacitação do Policial Rodoviário Federal

4.1.3.3.1.1. Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Formar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os candidatos as atividades inerentes da Polícia Rodoviária Federal. Capacitar e qualificar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os servidores para o melhor desempenho de suas atribuições.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas à formação dos candidatos habilitando-os as atividades da Polícia Rodoviária Federal. Capacitação dos policiais rodoviários. Custeio de eventos, pagamento de hora aula aos instrutores, orientadores e colaboradores eventuais do DPRF, pagamento de passagens e diárias quando em viagem para capacitação, taxas de inscrição, taxas de inscrição em cursos, aquisição, de material específico para treinamento e outras despesas correlatas à formação e capacitação do policial. Realização de treinamentos, cursos de capacitação, de requalificação e de qualificação profissional das atividades específicas para atuação do Policial Rodoviário Federal, com implementação de novas alternativas tecnológicas e gerenciais que desenvolvam a eficiência e eficácia dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal à sociedade. Aplicação do Decreto nº 2794/98, do Decreto nº 1655, da Lei nº 9654/98 e PNSP (Lei nº 10.201/2001). Implementação e execução do ensino à distancia, com os insumos necessário a possibilitar a realização de cursos de formação.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidade executora	16ª SPRF/CE
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Ensino
Coordenador nacional da ação	Neemias Gonçalves de Carvalho
Responsável pela execução da ação a nível local	Ubiratan Roberto de Paula

4.1.3.3.1.2. Resultados

2524 – Capacitação do Policial Rodoviário Federa			
	Previsto atual	Realizado	%
Físico	298	298	100
Financeiro	88.048,37	88.048,37	100

A capacitação profissional não só dá condições para o exercício pleno de determinadas categorias profissionais como também objetiva preparar o indivíduo para o melhor desempenho do trabalho, oferecendo a oportunidade de uma melhor adaptação ao meio em que desempenhará suas atribuições, uma vez que o Policial Rodoviário Federal deverá estar pronto, com postura, hábitos e atitudes condizentes às exigências desse universo de atuação que são as rodovias federais.

Nas atividades de capacitação profissional objetiva-se que os servidores se preparem tanto para as atividades operacionais como para as atividades auxiliares, oferecendo-lhes as possibilidades e alternativas de desempenho de suas atribuições, por meio de opções de atividades que correspondam à demanda atualizada da Instituição.

No processo de capacitação profissional é importante que se trabalhe as habilidades básicas, específicas e de gestão, ou seja, além de aprender especificamente a profissão de policial, o servidor será estimulado a exercitar suas competências individuais, sua capacidade de tomar decisões, bem como o seu processo de desenvolvimento no trabalho e fortalecimento da organização.

A 16ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal, junto com a Coordenação de Ensino busca permanentemente, promover a formação humana e profissional dos servidores desta Superintendente Regional, para a atuação responsável e segura na sociedade, buscando assegurar ensino de qualidade com bases científicas, interdisciplinaridade e visão atualizada, domínio e aplicação de tecnologias educacionais, formas participativas e práticas inovadoras de ensino e aprendizagem.

Deste modo buscando implementar o *conhecimento, que é saber fazer e compreender porque fazê-lo*, desenvolvendo *habilidades, que refere-se ao saber como fazer* e buscando uma mudança de atitude dos servidores, *atitude que refere-se ao querer fazer*.

4.1.3.3.2. AÇÃO: 2723 – Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais

4.1.3.3.2.1. Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a segurança do trânsito (preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio) nas rodovias e estradas federais, bem como contribuir para a promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia.
Descrição	Execução de policiamento ostensivo preventivo diuturnamente, fiscalizando e controlando o trânsito; realizar Operações e Comandos Específicos de fiscalização do transporte de pessoas e bens (cargas); Intensificar o policiamento por ocasião das festas e feriados nacionais e regionais (aumento do fluxo de pessoas e veículos), Aquisição de uniforme, coldre, algemas, lanterna, capacetes, capa de chuva, luvas, coletes balísticos, coletes reflexivos, e demais equipamentos necessários a atividade. Abastecimento dos veículos e aeronaves com combustíveis e lubrificantes; manutenção e
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação Geral de Operações
Coordenador nacional da ação	Coraci Ricardo Fernandes Vieira
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Ubiratan Roberto de Paula

4.1.3.3.1.2. Resultados

2723 – Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais			
	Previsto atual	Realizado	%
Financeiro	1.480.972,20	1.480.972,20	100

Houve no exercício de 2009 uma descentralização de recursos orçamentários nesta ação que julgamos relativamente satisfatória, pois conseguimos adquirir fardamento para todos os policiais, não foi necessária o contingenciamento de serviços de manutenção de nossas viaturas, desempenhamos sob nossa ótica, a contento nossas operações previstas no calendário do DPRF.

4.1.3.3.3. AÇÃO: 2C78 Acompanhamento Psicossocial de servidores do DPRF

4.1.3.3.3.1. Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Propiciar acompanhamento psicossocial aos policiais e aos servidores administrativos da Polícia Rodoviária Federal que demandem um atendimento especializado em decorrência da natureza de suas atividades profissionais, visando a superação de situações críticas.
Descrição	Desenvolvimento e manutenção de ações na área de psiquiatria, psicologia, e serviço social; promoção preventiva da saúde dos policiais e servidores administrativos, bem como aquisição de material permanente e estabelecimento de parcerias correlacionadas à finalidade da ação.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Saúde e Assistência Social
Coordenador nacional da ação	LEJANDRE MONTEIRO
Responsável pela execução da ação no nível local	SRH

4.1.3.3.3.2. Resultados

2C78 – Acompanhamento Psicossocial de servidores do DPRF			
	Previsto atual	Realizado	%
Financeiro	R\$ 2.367,96	R\$ 2.367,96	100

O orçamento que foi descentralizado para esta Regional foi direcionado em sua totalidade para o pagamento de diárias, que foi usado em operações que se destinaram a atender a área fim.

4.1.3.3.4. AÇÃO: 2816 Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal

4.1.3.3.4.1. Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Atuar, por meio de trabalhos de inteligência, na prevenção e combate a crimes ocorridos nas rodovias e estradas federais, especialmente no que se refere a assaltos a veículos, ônibus de passageiros e caminhões de carga, bem como encaminhar à Justiça pessoas foragidas, procuradas ou autuadas na prática de delitos
Descrição	Coleta de informações, em toda a malha rodoviária federal, por policiais da Coordenação de Inteligência e Núcleos de Inteligência das Regionais, visando ao levantamento de dados que subsidiem o planejamento de ações de caráter ostensivo em pontos críticos ou operações emergenciais de combate ao roubo de cargas, a assaltos, ao tráfico de drogas, à prostituição infantil, ao trabalho escravo, dentre outros
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Inteligência
Coordenador nacional da ação	JOSEMAR MONTEIRO BARROS
Responsável pela execução da ação no nível local	Ubiratan Roberto de Paula

4.1.3.3.4.2. Resultados

2816 – Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal			
	Previsto atual	Realizado	%
Financeiro	R\$ 12.808,36	R\$ 12.808,36	100

Durante o ano de 2009 foi destinado à atividade de Inteligência desta Superintendência 12.808,36 (doze mil, oitocentos e oito reais, trinta e seis centavos) para atender à área finalística daquele Núcleo.

Ao todo foram executados R\$ 12.808,36 ou seja, 100% do orçamento disponibilizado, sendo executado na totalidade, ressaltando que este valor apesar de aquém das necessidade do setor, foi de certa forma um pouco melhor já que foi maior que o disponibilizado no exercício anterior.

4.1.3.3.5. AÇÃO: 2B11 Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da Malha Rodoviária Federal

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir segurança aos usuários das rodovias federais, através da eliminação de pontos críticos por meio do monitoramento e fiscalização eletrônica de pontos estratégicos, exercendo o controle efetivo de velocidade, de forma a prevenir e reduzir gradativamente o número de acidentes, além de exercer o controle sobre o fluxo de trânsito e criminalidade através da produção de dados e gerenciamento de informações.
Descrição	Planejamento e execução dos projetos, tendo como base os pontos de maior índice de acidentes. Instalação de equipamentos de acordo com a Lei nº 9.503/97. Contagens volumétricas de trânsito, envolvendo os equipamentos e os instrumentos para levantamento de dados relativos ao volume de tráfego nas rodovias federais. Controle de trânsito de veículos pesados, mediante a utilização de balanças rodoviárias para a melhoria da segurança no trânsito e aumento do tempo de vida útil da via pavimentada. Implantação de projetos e instalação de equipamentos de monitoramento de veículos em rodovias federais. Controle das rodovias mediante o monitoramento eletrônico das rodovias.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Modernização e Tecnologia
Coordenador nacional da ação	EDNILSON BRUNO SILVA DO NASCIMENTO
Responsável pela execução da ação no nível local	Ubiratan Roberto de Paula

4.1.3.3.5.1. Resultados

2B11 – Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da Malha Rodoviária Federal			
	Previsto atual	Realizado	%
Financeiro	R\$ 1.872,00	R\$ 1.872,00	100,00

Este recurso foi direcionado totalmente para comandos referente a saúde nas rodovias, com comando educativos e de mensuração de vários tipos exames, tais como colesterol, triglicérides e outros, sendo realizado tanto nos usuários condutores de nossas rodovias, assim como para os servidores da 16ª SPRF, juntamente com terceirizados e estagiários..

4.1.3.3.6. AÇÃO: 4526 – Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais

4.1.3.3.6.1. Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Fortalecer o combate ao crime organizado e à criminalidade em geral.
Descrição	Realização de operações policiais e especiais para combater crimes como tráfico de drogas e de armas, roubo de cargas, valores e ao transporte de passageiros, contrabando, descaminho e pirataria, crimes contra a vida, exploração sexual infanto-juvenil, trabalho escravo, tráfico de seres e órgãos, crimes ambientais, segurança de autoridades, dentre outros, por meio de ações de rotina e operações policiais especialmente desenvolvidas para este fim. Realização de operações policiais e especiais sistemáticas; execução de ações preventivas e especiais de combate à atuação de criminosos nas rodovias federais realizadas isoladamente ou integradas com outros órgãos, como Polícia Federal, Polícias judiciárias, Ministério Público, IBAMA, Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Forças Armadas, dentre outros. Prestação de apoio a outros órgãos em ações que extrapolam os limites das rodovias federais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DCC/CGO
Coordenador nacional da ação	GEOVANNI BOSCO FARIAS DI MAMBRO
Responsável pela execução da ação no nível local	Ubiratan Roberto de Paula

4.1.3.3.6.2. Resultados

4526 – Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais			
	Previsto atual	Realizado	%
Financeiro	R\$ 6.768,91	6.768,91	100,00

A totalidade dos recursos especificado foi direcionado para pagamento de diárias, visando combater com maior efetividade a incidência de crimes em rodovias federais; executamos na totalidade os recursos desta ação o que denota zelo para com a coisa publica, com conseqüente retorno para a sociedade civil.

4.1.3.3.7. AÇÃO: 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

4.1.3.3.7.1 Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas re
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidade executora	16ª SPRF/CE
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Ensino
Coordenador nacional da ação	NEEMIAS GONÇALVES DE CARVALHO
Responsável pela execução da ação no nível local	Ubiratan Roberto de Paula

4.1.3.3.7.2 Resultados

4572 – Capacitação de Serv. Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação			
	Previsto atual	Realizado	%
Financeiro	Ñ houve descentralização	-x-	-x-

4.1.3.3.8. AÇÃO: 4641 – Publicidade de Utilidade Pública

4.1.3.3.8.1 Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Informar, orientar, avisar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais reais, visando melhorar a sua qualidade de vida.
Descrição	Coordenação, supervisão e classificação das informações de interesse do governo a serem veiculadas, bem como a contratação de realização de pesquisas de opinião, campanhas e ações publicitárias das ações governamentais, voltadas para a publicidade de utilidade pública.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Assessoria de Comunicação Social
Coordenador nacional da ação	AFRÂNIO ANDRADE
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

4.1.3.3.8.2 Resultados

4641 – Publicidade de Utilidade Pública			
	Previsto atual	Realizado	%
Financeiro	R\$ 3.542,00	R\$ 3.542,00	100

Os recursos empenhados em 2009 referem-se aos procedimentos para aquisição de backdrops de divulgação do número 191 da PRF.

Persiste a dificuldade para execução orçamentária da ação 4641, principalmente em virtude da impossibilidade de contratação de agência de comunicação, em função do baixo orçamento. O fato de não ter uma agência que atenda o DPRF e por conseguinte, a 16ª SPRF/CE, além de não permitir a aquisição de espaços de mídia por razões legais, ainda não possibilita a contratação de produtos de não-mídia com a celeridade característica de demandas em ações de comunicação e publicidade.

4.1.3.3.9. AÇÃO: 8692 – EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO PARA USUÁRIOS DAS RODOVIAS

Tipo	Atividade
Finalidade	Aumentar a conscientização, a reeducação e a mudança cultural do cidadão relativas ao tema trânsito como forma de exercício de cidadania, inclusive desenvolvendo no cidadão um comportamento pró-ativo a fim de diminuir o índice de acidentes e mortes nas rodovias.
Descrição	Realização de palestras, seminários e outras atividades relacionadas à educação de trânsito, com enfoque no trânsito em rodovias. Pagamento de diárias e passagens e aquisição de material didático.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Ensino
Coordenador nacional da ação	MARIA ISABEL NOGUEIRA DE FARIA
Responsável pela execução da ação no nível local	NUCAP

4.1.3.3.9.1 Resultados

8692 – Educação de transito para usuários das rodovias			
	Previsto atual	Realizado	%
Financeiro	1.245,43	1.245,43	100

Dentro da Educação para o Trânsito vários públicos foram atingidos, abrangendo motoristas profissionais, motoristas eventuais e os futuros motoristas (crianças e adolescentes) através de comandos específicos ao longo das rodovias federais, além de palestras em empresas e colégios.

A receptividade verificada nos públicos dos trabalhos desenvolvidos, bem como o envolvimento da equipe no desempenho das ações indica que as orientações da área tendem para um caminho que produzirá excelentes resultados principalmente na prevenção de acidentes

4.1.3.3.10. AÇÃO: 8703 – Atividade Correicional

Tipo	Atividade
Finalidade	Atuar de modo a contribuir com o aprimoramento constante dos serviços prestados à sociedade pelos servidores do DPRF e assegurar o cumprimento das leis e normas que disciplinam a conduta desses servidores, por meio de um conjunto de ações correicionais pr
Descrição	Apuração de denúncias, visitas preventivas, palestras. Pagamento de diárias e passagens para corregedores.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Corregedoria Geral
Coordenador nacional da ação	CIDENOR GUERRA
Responsável pela execução da ação no nível local	Corregedoria Regional

4.1.3.3.10.1 Resultados

8703 – Atividade Correicional			
	Previsto atual	Realizado	%
Financeiro	58.223,04	58.223,04	100

A Corregedoria Regional continua com o excelente trabalho que vinha sendo realizado nos anos anteriores e manteve em execução as atividades preventivas, corretivas e repressivas.

Foram implementadas novas diretrizes e adotados novos procedimentos que maximizaram o desempenho das comissões e das corregedorias sem ocasionar impacto orçamentário significativo.

Entre as ações preventivas, informe-se a realização, em todas unidades regionais do DPRF, de palestras correicionais. Tais ações visam o ajustamento de conduta de servidores e o desestímulo das ocorrências geradoras de infrações disciplinares, e, entre as atividades executadas, boa parte dos eventos não demandaram gastos com diárias ou com deslocamento de servidores.

Entre ações repressivas, em 2009, foram contabilizadas várias operações da Corregedoria Regional, que culminaram com a prisão de alguns servidores.

4.1.3. Programa 0750 – Apoio Administrativo.

4.1.3.1 Dados Gerais

Tipo de programa	Apoio Administrativo
Objetivo geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos
Gerente de programa	Não Existe
Gerente Executivo	Não Existe
Indicadores ou parâmetros utilizados	Não Existe
Público Alvo	Governo

4.1.3.2. Principais Ações do Programa

2000 Administração da Unidade

2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

2010 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

2011 Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

2012 Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

09HB Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos

4.1.3.3. Gestão das Ações

4.1.3.3.1. Ação: 2000 – Administração da Unidade

4.1.3.3.1.1. Dados Gerais:

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	Esta ação constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas à determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento Orçamentário-DIPLAN
Coordenador nacional da ação	Erinaldo Rodrigues Roberto
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

4.1.3.3.1.2. Resultados

2000 – Administração da Unidade			
	Previsto atual	Realizado	%
Financeiro	R\$ 1.830.394,79	R\$ 1.830.394,79	100,00

Como se pode auferir pelo valor acima definido, esta ação se reveste da maior importância, pois é através da mesma que administramos todo tipo de contrato que mantemos nesta Regional, cabendo salientar a gestão que estamos a efetivar, com quedas substanciais nos contratos firmados, seja por abrir novo procedimento licitatório, seja por repactuar valores, ou ainda o que é mais importante, gerir contratos estimativos, como, por exemplo, o de telefonia fixa e móvel, no qual conseguimos uma diminuição substancial nos valores cobrados pela OI e CLARO através de um controle mais efetivo das ligações realizadas nesta superintendência, seja por servidores (móvel), seja através do PABX da Superintendência.

4.1.3.3.1. Ação: 2003 – Ações de Informática

4.1.3.3.1.2. Resultados

2000 – Administração da Unidade			
	Previsto atual	Realizado	%
Financeiro	R\$ 14.882,02	R\$ 14.882,02	100,00

Esta ação foi executada basicamente através de serviços que envolviam a área demandada, que em virtude do valor reduzido foi focada principalmente em realizações de serviços emergenciais corretivos.

5. Desempenho Operacional

Indicadores utilizados para avaliar o desempenho do programa, projeto/atividade ou ação administrativa;

Programa 0663: visa oferecer melhores condições de segurança pública nas rodovias federais, mediante a repressão de ações delituosas e redução dos acidentes de trânsito. Com efeito, durante o ano de 2009 foram realizadas diversas operações com o escopo de oferecer segurança aos usuários das rodovias federais, além do gerenciamento de uma fiscalização rotineira capaz de utilizar ao máximo a força laboral dos policiais. Ademais, esta Regional recebeu viaturas operacionais em número de duas, o que sob nossa ótica é aquém da nossa planejada renovação (25%).

➤ **Valor descentralizado para o programa 0663:** R\$ 1.653.976,27 (um milhão, seiscentos e cinquenta e três mil, novecentos e setenta e seis reais, vinte e sete centavos).

Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais

Programa 1386 Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas

Programa 0750 não há indicador

Nome, descrição e tipo do indicador ou parâmetro utilizado para avaliar o desempenho da gestão sob exame das contas.

Programa 0663

Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais – Pretende-se medir percentagem de mortos do total de feridos de acidentes de trânsito (eficácia)

Fórmula de Cálculo: $I_m = (N^{\circ} \text{ Mortos} / N^{\circ} \text{ Vítimas}) \times 100$, responsável pelo cálculo: Se. PF

Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais – Pretende-se medir a variação (positiva ou negativa) do número de acidentes em rodovias federais (eficácia)

Fórmula de Cálculo: $I_a = (N^{\circ} \text{ Acidentes Ano Atual}) / (N^{\circ} \text{ Acidentes Ano Anterior} - 1) \times 100$, responsável pelo cálculo: Se. PF

Obs: As fórmulas dos indicadores do programa 0663, foram readequadas no novo PPA 2008-2011

Programa 1386: Visa prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura física e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública. No ano de 2009, o volume mais expressivo foi usado na contratação de empresa para realizar projetos de ampliação do CTNe e construção do postos de fiscalização, localizado no Km 19, da BR 116, além de pequenas reformas emergenciais na Sede. Ao mesmo tempo o programa contempla o Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas – através do qual pretende-se medir a % de unidades com estrutura física, de dados e de comunicações (TI- Tecnologia da Informação) e de viaturas adequada (eficácia).

☞ **Valor descentralizado para o programa 1386:** R\$ 324.587,67 (trezentos e vinte e quatro mil, quinhentos e oitenta e sete reais, sessenta e sete centavos).

Fórmula de Cálculo: $Iadq = (\text{Unid. Adequadas} / \text{Total de Unidades}) \times 100$, responsável pelo cálculo : SE. PF.

Programa 0750: visa proporcionar apoio administrativo a todos os órgãos da administração pública federal. No exercício financeiro de 2009, devido a aquisição de alguns materiais foi prejudicada pelo forte contingenciamento realizado pelo DPRF, ocasionando com esta medida a efetiva falta de alguns materiais.

☞ **Valor descentralizado para o programa 0750:** R\$ 1.845.276,81 (um milhão, oitocentos e quarenta e cinco mil, duzentos e setenta e seis reais, oitenta e um centavos).

✚ Não foram estabelecidas metas financeiras para esta Regional (gerenciamento do programa executado a nível nacional pelo DPRF, conforme L.O.A . de 2009)

ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

PROGRAMA 0663

METAS FÍSICAS: Redução do número de acidentes e mortes em relação à 2006

TAXA DE MORTALIDADE NAS RODOVIAS FEDERAIS

Número de Mortos 2008: 120 Número de Mortos 2009: 118

Número Total de Vítimas 2008:1.413 Número Total de Vítimas 2009: 1.447

Im 2008= (120/ 1.413)x100= 8,00% Im 2009= (118/ 1447)x100= 8,00%

Verifica-se que o percentual basicamente é o mesmo do ano anterior. Este percentual sob nossa ótica é um número bastante positivo, pois apesar do maior número de veículos em circulação em nossas rodovias, manteve-se no mesmo patamar o percentual registrado no ano anterior, devendo-se mormente a um aumento no número de autuações e principalmente, no combate ao excesso de velocidade, ultrapassagens proibidas e embriaguez ao volante, vez que essas condutas levam a maior gravidade nos acidentes..

O percentual de aumento registrado considera números absolutos. Não leva, portanto, em consideração o aumento da frota nacional, o acréscimo do fluxo de veículos, pessoas e mercadorias, motivado pelo aquecimento da economia, bem como, não observa a melhoria da trafegabilidade nos principais corredores de trânsito e de transporte. Com a economia aquecida e com estradas em melhores condições, mais cidadãos utilizam desse modal para empreender suas viagens, principalmente em épocas de férias e feriados prolongados. Ressalta-se que a maioria dos municípios brasileiros cresceram em torno da rodovia e esta se tornou um grande "avenida" por onde a população se locomove. Por isso, o maior número de acidentes registrados é de colisão traseira, os quais ocorrem nesses aglomerados urbanos.

Sobre essa possibilidade, já tinha sido lançado um alerta na avaliação do PPA 2004-2007 – Ano Base 2006, cujo texto é abaixo reproduzido:

“Dados levantados pela PRF demonstram que 80% dos acidentes ocorrem em pistas em boas condições de trafegabilidade. Por isso, a preocupação apresentada é pertinente. Para mitigar o problema, faz-se necessário atualizar o efetivo da PRF, atualmente 10.098 vagas com 9.700 preenchidas. Faz-se necessário preencher as vagas legais existentes, bem como anualmente aumentar esse limite. Estudo preliminares da PRF demonstram que o efetivo suficiente para impactar o resultado do programa seria de 20 mil policiais.

Vale ressaltar que, com essa providência seria possível estabelecer meta para reduzir substancialmente o índice de acidentes e não apenas mantê-lo em patamar aceitável considerando a média histórica. A redução do índice de acidente, além da preservação da maior riqueza da Nação - a vida do cidadão - possibilitaria reduzir o impacto econômico dos acidentes. O custo de acidentes em rodovias federais, segundo o estudo do IPEA, passa de 6,5 bilhões de reais por ano. O orçamento total do DPRF/MJ gira em torno de 2 bilhões. A majoração desse orçamento para próximo de 3 bilhões possibilitaria aumentar substancialmente o efetivo e melhorar o custeio e investimento do órgão.

Além da economia quanto aos impactos econômicos dos acidentes, seria produzido outro efeito - aumentar o combate à criminalidade organizada, que se utiliza das rodovias para escoar o produtos de suas ações criminosas. O aumento da ostensividade, conseguida com efetivo maior e em melhores condições quanto a equipamento, viaturas, etc, teria o poder de dar ao cidadão usuário das rodovias, bem como à população linceira, maior sensação de segurança. Isso significa

melhor avaliação do órgão junto à opinião pública, bem como confere maior credibilidade ao Governo Federal no sentido de dar o exemplo necessário aos entes federados, quanto à preocupação com a segurança pública e com a qualidade de vida da população.”

Embora tenha sido registrado acréscimo no número de acidentes, vale ressaltar que a média dos últimos cinco anos (2005 a 2009) de acidentes por 10.000 veículos da frota é de tem se estabilizado em algo próximo de 25. Em 2008, registrou 25 acidentes por 10.000 veículos, perfazendo em 2009 um numero igual ao ano anterior. Portanto, não seria razoável considerar números absolutos para avaliar o desempenho do órgão. Esse fato, motivou a mudança da metodologia de aferição para o próximo PPA (2008-2011). Entretanto, reforça-se a observação acima registrada. É necessário dotar o DPRF dos meios necessários para fazer frente as demandas que o novo cenário econômico tem apresentado.

Vale ressaltar que a atividade da PRF não se restringe ao controle de trânsito. A PRF tem oferecido duro combate ao tráfico de drogas (foram apreendidas maconha, cocaína, etc), ao contrabando/descaminho, aos crimes ambientais(apreensões de madeira e animais silvestres) e, principalmente, os crimes contra a dignidade da pessoa (trabalho escravo, exploração sexual de crianças e adolescentes, tráfico de seres humanos. A PRF, nesse exercício, mapeou os pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes, notificou todos os seus proprietários e exerce vigilância contínua.

PROGRAMA 1386

METAS FÍSICAS: 57,41 dos postos, considerados adequados.

COEFICIENTE DE ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS

% de postos adeq. Fisicamente.....	71,15%
% de postos adeq. quanto à Tecnologia da Informação.....	107,69 %
% de postos adeq. quanto a Viaturas.....	46,15%

$$\text{Icaif}=(71,15\%+107,69\%+46,15\%)/3= \mathbf{75,00 \%}$$

O indicador informa que 71,15% dos postos da PRF estão adequados fisicamente. Houve um pequeno aumento da melhoria dos postos em relação à 2006, onde o índice ficou em 59,97 %.

Comparativo 2006/2007

% de postos adeq. Fisicamente.....	43,00 % (2007)	71,15% (2008) ---> melhora
% de postos adeq. quanto à Tec. da Inf ..	0,76% (2006)	107,69% (2007) ---> melhora
% de postos adeq. quanto a Viaturas.....	0,60% (2006)	46,15% (2007) ----> melhora

Os próprios índices falam por si, isto foi fruto de uma administração direcionada para dar condições tanto aos PRF operacionais , como para os que labutam administrativamente na Sede e Delegacias

O questionário que avalia a adequação dos postos, para se calcular o coeficiente de adequação, está em fase de aprimoramento, a fim de que seja padronizado os conceitos de todos os avaliadores, sobre o que é considerado um posto adequado na PRF, pois, este critério, ainda é empírico, dependendo do ponto de vista de cada avaliador, o que pode gerar distorções no resultado geral deste coeficiente. Como exemplo, pode-se ilustrar o caso da regional do Rio Grande do Sul, que segundo o questionário, informou que 50 % dos postos não estão adequados quanto a ter a rede / internet do DPRF funcionando. Porém, segundo o gestor nacional desta ação, todos os postos desta regional possui acesso à rede do DPRF e à internet. O que pode ter acontecido é que o avaliador julgou que a rede não estava adequada nestes postos, devido à baixa velocidade do link, talvez não tenha ficado claro, o critério para avaliar o que é um posto com rede adequada, se seria considerado adequado apenas se possuísse acesso à rede, sem levar em conta fatores como velocidade, etc.. Isto deixou margem para que o avaliador julgasse com critério próprio.

6. Evolução dos gastos gerais

DESCRIÇÃO	ANO		
	2007	2008	2009
1. PASSAGENS	R\$ 99.767,19	R\$ 100.014,54	R\$ 95.116,78
2. DIÁRIAS/RESSARCIMENTOS VIAGENS	R\$ 569.724,02	R\$ 306.968,98	R\$ 662.624,89
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	R\$ 997.556,92	R\$ 989.820,68	R\$ 045.080,34
3.1 Publicidade	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3.2 Vigilância, Limpeza e Conservação	R\$ 769.484,76	R\$ 770.511,36	R\$ 793.453,33
3.3 Tecnologia da Informação	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3.4 Outras Terceirizações (Apoio Adm)	R\$ 228.072,16	R\$ 219.309,32	R\$ 251.627,01
3.5 Suprimento de Fundos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
4. CARTÃO CORPORATIVO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAIS	R\$ 1.667.018,13	R\$ 1.396.804,20	R\$ 2.849.911,35

7. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Não houve ocorrências no período.

8. RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Execução de Restos a Pagar no Exercício por ano de inscrição no Siafi:

ANO DE INSCRIÇÃO	RP PROCESSADOS				RP NÃO-PROCESSADOS			
	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2007	*	*	*	*	185.996,78	*	404.086,57	*
2008	*	*	*	*	348.060,88	*	800.796,93	*
2009					1.543.012,79	*	3.825.698,99	
Total	*	*	*	*	2.077.070,45	*	5.030.582,49	*

* Informamos que foram extraídos os dados acima através da modulo conrazao do SIAFI de cada ano respectivo, apresentamos nossas excusas, mas para enviarmos os dados mais completos necessitaríamos de senha SIAFI GERENCIAL, a qual nenhum servidor desta regional tem acesso.i

9. DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E REALIZAS NO EXERCÍCIO

Não houve ocorrências no período.

10. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

11. FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

Não houve ocorrências no período.

12. RENÚNCIA TRIBUTÁRIA

Não houve ocorrências no período.

13. DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE DOS BENEFICIÁRIOS DIRETOS DE RENÚNCIA

Não houve ocorrências no período.

14. OPERAÇÕES DE FUNDOS

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

15. DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO

Não houve ocorrências no período.

16. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

Não houve ocorrências no período.

17. DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

Não houve ocorrências no período.

18. ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO

ATOS	QUANTIDADE	REGISTRADOS NO SISAC
		Quantidade
Admissão	--	-----
Desligamento	01	-----
Aposentadoria	13	-----
Pensão	09	-----

Os cadatramentos e as informações referentes ao SISAC são administradas pela Coordenação-Geral de Recursos Humanos do DPRF e, portanto, a 16ªSRPRF/CER não detém essa informação.

Essa regional não mantém controle dos julgamentos do TCU sobre os atos de admissão, desligamento, aposentadorias e pensões.

19. DISPENSAS DE INSTAURAÇÃO DE TCE E TCE CUJO ENVIO AO TCU FOI DISPENSADO

Não houve ocorrências no período.

20. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Descrição	2007		2008		2009	
	Qtde	Despesa (R\$)	Qtde	Despesa (R\$)	Qtde	Despesa (R\$)
Servidores Ativos	453	*	443	*	420	*
Funcionários contratados - CLT	-	-	-	-	-	-
Total	453	*	443	*	420	*

Descrição	2007		2008		2009	
	Qtde	Despesa (R\$)	Qtde	Despesa (R\$)	Qtde	Despesa (R\$)
Ocupantes de funções de confiança, sem vínculo	01	*	01	*	01	*
Funcionários contratados - CLT	-	-	-	-	-	-
Total	01	*	01	*	01	*

Descrição	2007		2008		2009	
	Qtde	Despesa (R\$)	Qtde	Despesa (R\$)	Qtde	Despesa (R\$)
Pessoal Terceirizado Vigilância/	08**	253.041,84		254.068,44		277.010,41
Pessoal Terceirizado/Limpeza	35	516.442,92	35	516.442,92	35	516.442,92
Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	18	228.072,16	19	219.309,32	19	251.627,01
Pessoal Terceirizado Outras atividades		Não houve contratação nesta área				
Estagiários		120.471,87	*	18.425,87	*	6.024,00 ***
Total Pessoal Terceirizado + Estagiários		1.029.626,21	*	1.118.028,79	*	1.008.246,55

Descrição	2007		2008		2009	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, com ônus	-		-		02	*
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, sem ônus	Situação não existente na Regional					
Total Pessoal Requisitado em exercício na Unidade					02	*

* Informamos que com a advento da centralização da folha no Departamento de Polícia Rodoviária Federal, não nos foi possível compilar a despesa com pessoal desta Regional.

** No que se refere a quantidade de vigilantes ressaltamos que, a contratação desta regional se refere não ao quantitativo de pessoas, e sim a postos de trabalho.

*** Este valor se refere apenas ao pagamento da taxa ao CIEE, pois o pagamento dos estagiários é feito através da folha de pagamento do DPRF.

Descrição	2007		2008		2009	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, com ônus	Situação não existente na UJ					
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, sem ônus						
Total Pessoal Requisitado em exercício na Unidade						

Descrição	2007		2008		2009	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Cedido pela Unidade, com ônus	Situação não existente na UJ					
Pessoal Cedido pela Unidade, sem ônus						
Total Pessoal cedido pela Unidade						

Descrição	2009	
	Quantidade	Despesa (R\$)
Pessoal envolvido em ações finalísticas da unidade	400	-x-
Pessoal envolvido em ações de suporte da unidade	20	-x-
Total Geral	420	-x-

Com referência ao efetivo de policiais rodoviários federais em atividade nesta regional, analisando sob o número de veículos e a malha rodoviária do estado Ceará, verifica-se que o quantitativo é aquém do pretendido, justificando a necessidade de novas admissões.

Percebe-se e que o quadro de servidores teve uma ligeira redução durante o exercício de 2009, já que as aposentadorias pontificaram no período, defasando ainda mais a Regional.

21. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A APLICAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO

- Analisar esse relatório frente ao Relatório de Gestão do DPRF

22. CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UJ OU GRUPO DE UNIDADES AFINS

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
16ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
Rodovia BR 116 – Km 06. Cajazeiras
60864-190 – Fortaleza /CE
Fone: (0XX)85 3295.3022

RELATÓRIOS DE CORREIÇÃO

2009

**LISTA DE PROCESSOS DA CORREGEDORIA REGIONAL
16ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**

2004		
1	Processo nº:	08.653.007.074/2004-36
	Entrada na CR/16ª:	08/09/08
	Situação:	Encerrados os trabalhos da comissão. Aguardando julgamento.
	Data de conhecimento dos fatos:	05/10/04
2	Processo nº:	08.653.006.003/2004
	Entrada na CR/16ª:	24/09/09
	Situação:	Encerrados os trabalhos da comissão. Aguardando julgamento.
3	Processo nº:	08.653.007.576/2004
	Entrada na CR/16ª:	05/04/05
	Situação:	Em análise na Comissão de Ética
	Data de conhecimento dos fatos:	21/05/06

2005		
4	Processo nº:	08.653.004.069/2005-52
	Entrada na CR/16ª:	05/08/06
	Situação:	Aguardando informação para julgamento
	Data de conhecimento dos fatos:	03/08/05
5	Processo nº:	08.653.000.297/2005-53
	Entrada na CR/16ª:	26/01/05
	Situação:	Aguardando informação para julgamento.
	Data de conhecimento dos fatos:	25/01/05
6	Processo nº:	08.653.002.720/2005-50
	Entrada na CR/16ª:	27/05/05
	Situação:	Aguardando informação para julgamento
	Data de conhecimento dos fatos:	27/05/05

2006		
7	Processo nº:	08.653.001.175/2006-65
	Entrada na CR/16ª:	21/03/06
	Situação:	Aguardando informação inicial da Corregedoria Regional
	Data de conhecimento dos fatos:	14/03/06
8	Processo nº:	08.653.001.840/2006-11
	Entrada na CR/16ª:	02/09/08
	Situação:	Encerrados os trabalhos da Comissão. Aguardando julgamento.
	Data de conhecimento dos fatos:	18/04/06

9	Processo nº:	08.653.001.469/2006-97
	Entrada na CR/16ª:	30/03/06
	Situação:	Comissão de Ética.
	Data de conhecimento dos fatos:	21/03/06
10	Processo nº:	08.653.002.016/2006-88
	Interessado:	16ª SRPRF
	Entrada na CR/16ª:	25/04/06
	Situação:	Aguardando informação para julgamento
	Data de conhecimento dos fatos:	24/04/06
11	Processo nº:	08.653.004.493/2006-88
	Entrada na CR/16ª:	04/12/06
	Situação:	Aguardando informação para julgamento
	Data de conhecimento dos fatos:	06/08/06
12	Processo nº:	08.653.004.695/2006-20
	Entrada na CR/16ª:	18/08/06
	Situação:	Aguardando informação para julgamento
	Data de conhecimento dos fatos:	17/08/06
13	Processo nº:	08.653.002.217/2006-85
	Entrada na CR/16ª:	16/09/09
	Situação:	Encerrados os trabalhos da Sindicância (PRF Jomar). Aguardando julgamento.
	Data de conhecimento dos fatos:	09/05/06
14	Processo nº:	08.653.004.325/2006-92
	Entrada na CR/16ª:	04/12/06
	Situação:	Aguardando Portaria
	Data de conhecimento dos fatos:	26/07/06
15	Processo nº:	08.653.004.855/2006-31
	Entrada na CR/16ª:	23/08/06
	Situação:	Aguardando Portaria
	Data de conhecimento dos fatos:	19/05/06
16	Processo nº:	08.650.005.023/2006-61
	Entrada na CR/16ª:	10/02/09
	Situação:	Aguardando Portaria
	Data de conhecimento dos fatos:	20/12/06
17	Processo nº:	08.653.002.099/2006-13
	Entrada na CR/16ª:	09/04/09
	Situação:	Encerrados os trabalhos da CPAD. Sugere aplicação de advertência. Aguardando julgamento.

	Data de conhecimento dos fatos:	11/10/05
18	Processo nº:	08.653.002.514/2006-21
	Entrada na CR/16ª:	09/09/09
	Situação:	A apurar
	Data de conhecimento dos fatos:	

2007		
19	Processo nº:	08.653.004.206/2007-11
	Entrada na CR/16ª:	10/07/07
	Situação:	Aguardando informação para julgamento
	Data de conhecimento dos fatos:	09/07/07
20	Processo nº:	08.653.008.174/2007-22
	Entrada na CR/16ª:	29/03/10
	Situação:	Encerrados os trabalhos da comissão. Aguardando julgamento.
	Processo nº:	08.650.001.811/2007-60
21	Entrada na CR/16ª:	16/07/08
	Situação:	Encontra-se com a CPAD designada (PRFs Gláudio, Nogueira e Sampaio)
	Data de conhecimento dos fatos:	27/09/07
22	Processo nº:	08.653.003.846/2007-11
	Entrada na CR/16ª:	26/09/08
	Situação:	Apenso ao processo 08.650.001.267/2007-56.
	Processo nº:	08.650.001.267/2007-56
	Entrada na CR/16ª:	26/09/08
23	Situação:	Aguardando providências.
	Data de conhecimento dos fatos:	20/06/07
24	Processo nº:	08.653.008.215/2007-81
	Entrada na CR/16ª:	09/01/09
	Situação:	Encontra-se com a comissão designada. CPAD
	Data de conhecimento dos fatos:	17/12/07
25	Processo nº:	08.650.000.432/2007-52
	Entrada na CR/16ª:	10/02/09
	Situação:	Aguardando Portaria
	Data de conhecimento dos fatos:	
26	Processo nº:	08.653.000.815/2007-09
	Entrada na CR/16ª:	13/03/09
	Situação:	A apurar
	Data de conhecimento dos fatos:	07/02/07
27	Processo nº:	08.650.001.303/2007-81

	Entrada na CR/16ª:	28/08/09
	Situação:	Encerrados os trabalhos da Comissão. Aguardando Julgamento.
	Data de conhecimento dos fatos:	27/06/07
2008		
28	Processo nº:	08.653.001.357/2008-06
	Entrada na CR/16ª:	03/08/09
	Situação:	Aplicação de penalidade. Suspensão 2 (dois) dias.
	Data de conhecimento dos fatos:	21/02/08
29	Processo nº:	08.653.000.135/2008-68
	Entrada na CR/16ª:	03/08/09
	Situação:	Encerrados os trabalhos da Comissão. Aguardando julgamento.
	Data de conhecimento dos fatos:	04/01/08
30	Processo nº:	08.653.000.002/2008-91
	Entrada na CR/16ª:	02/01/08
	Situação:	Aguardando informação inicial da Corregedoria Regional
	Data de conhecimento dos fatos:	31/12/07
31	Processo nº:	08.653.002.679/2008-64
	Entrada na CR/16ª:	14/04/08
	Situação:	Aguardando informação inicial da Corregedoria Regional
	Data de conhecimento dos fatos:	11/04/08
32	Processo nº:	08.653.002.496/2008-49
	Entrada na CR/16ª:	12/04/08
	Situação:	Aguardando providências.
	Data de conhecimento dos fatos:	12/02/08
33	Processo nº:	08.653.002.688/2008-55
	Entrada na CR/16ª:	01/12/08
	Situação:	Aguardando informação inicial da Corregedoria Regional
	Data de conhecimento dos fatos:	04/03/08
34	Processo nº:	08.653.004.626/2008-88
	Entrada na CR/16ª:	28/06/08
	Situação:	Aguardando informação inicial desta Corregedoria.
	Data de conhecimento dos fatos:	
35	Processo nº:	08.650.001.145/2008-41
	Entrada na CR/16ª:	07/08/08
	Situação:	A apurar
	Data de conhecimento dos fatos:	22/07/08
36	Processo nº:	08.650.001.142/2008-15

	Entrada na CR/16ª:	07/08/08
	Situação:	A apurar
	Data de conhecimento dos fatos:	03/07/08
37	Processo nº:	08.653.005.451/2008-26
	Entrada na CR/16ª:	13/08/08
	Situação:	Aguardando informação inicial desta Corregedoria.
	Data de conhecimento dos fatos:	06/08/08
38	Processo nº:	08.653.004.155/2008-16
	Entrada na CR/16ª:	10/06/08
	Situação:	Emitida Ordem de Missão
	Data de conhecimento dos fatos:	05/06/08
39	Processo nº:	08.653.005.164/2008-16
	Entrada na CR/16ª:	13/10/09
	Situação:	Encerrados os trabalhos da sindicância (PRF Flávio Figueiredo). Aguardando julgamento. PAD
	Data de conhecimento dos fatos:	15/07/08
40	Processo nº:	08.653.005.814/2008-23
	Entrada na CR/16ª:	09/07/09
	Situação:	Encerrados os trabalhos da sindicância. Sugeriu-se instauração de PAD. Aguardando julgamento.
	Data de conhecimento dos fatos:	02/09/08
41	Processo nº:	08.653.005.941/2008-22
	Entrada na CR/16ª:	22/09/08
	Situação:	Encerrados os trabalhos da Sindicância. Sugestão de arquivamento. Aguardando julgamento.
	Data de conhecimento dos fatos:	09/09/08
42	Processo nº:	08.654.005.803/2008-33
	Entrada na CR/16ª:	26/01/09
	Situação:	Aguardando providências.
	Data de conhecimento dos fatos:	13/08/08
43	Processo nº:	08.653.006.993/2008-16
	Entrada na CR/16ª:	11/11/08
	Situação:	Encontra-se com a Sindicância designada (PRF Cidade).
	Data de conhecimento dos fatos:	06/11/08
44	Processo nº:	08.653.007.621/2008-15
	Entrada na CR/16ª:	28/04/09
	Data de conhecimento dos fatos:	09/12/08
45	Processo nº:	08.650.000.906/2008-47

	Entrada na CR/16ª:	16/02/09
	Situação:	Aguardando análise.
	Data de conhecimento dos fatos:	02/06/08
46	Processo nº:	08.653.004.860/2008-13
	Entrada na CR/16ª:	25/09/08
	Situação:	Encontra-se com a CPAD designada (PRFs Gláudio, Nogueira e Sampaio).
	Data de conhecimento dos fatos:	09/07/08
47	Processo nº:	08.653.005.743/2008-69
	Entrada na CR/16ª:	20/03/09
	Situação:	Aguardando instauração de PAD.
	Data de conhecimento dos fatos:	28/08/08
48	Processo nº:	08.653.004.086/2008-32
	Entrada na CR/16ª:	29/09/08
	Situação:	Aguardando instauração de PAD.
	Data de conhecimento dos fatos:	09/06/08
49	Processo nº:	08.650.001.421/2008-71
	Entrada na CR/16ª:	30/06/09
	Situação:	ENCONTRA-SE COM A COMISSÃO – OPERAÇÃO ALCATEIA.
	Data de conhecimento dos fatos:	
50	Processo nº:	08.653.006.963/2008-18
	Entrada na CR/16ª:	07/08/09
	Situação:	Aguardando providências.
	Data de conhecimento dos fatos:	07/11/08
51	Processo nº:	08.653.007.172/2008-05
	Entrada na CR/16ª:	02/09/09
	Situação:	Encontra-se com a CPAD designada (PRFs Jomar, Barros e Herlon Nogueira).
	Data de conhecimento dos fatos:	19/11/08

2009		
	Data de conhecimento dos fatos:	13/01/09
52	Processo nº:	08.653.000.373/2009-54
	Entrada na CR/16ª:	20/01/09
	Situação:	Encontra-se com A CPAD designada (PRFs Gláudio, Nogueira e Cidade Fael).
	Data de conhecimento dos fatos:	15/01/09
53	Processo nº:	08.653.000.372/2009-18

	Entrada na CR/16ª:	20/01/09
	Situação:	Encontra-se com a CPAD designada (PRFs Gláudio, Nogueira e Cidade Fael).
	Data de conhecimento dos fatos:	15/01/09
54	Processo nº:	08.653.000.715/2009-36
	Entrada na CR/16ª:	04/02/09
	Situação:	Aguardando análise.
	Data de conhecimento dos fatos:	04/02/09
55	Processo nº:	08.653.000.720/2009-49
	Entrada na CR/16ª:	04/02/09
	Situação:	Aguardando análise.
	Data de conhecimento dos fatos:	04/02/09
56	Processo nº:	08.653.000.719/2009-14
	Entrada na CR/16ª:	04/02/09
	Situação:	Aguardando análise.
	Data de conhecimento dos fatos:	04/02/09
57	Processo nº:	08.653.000.716/2009-81
	Entrada na CR/16ª:	04/02/09
	Situação:	Aguardando análise.
	Data de conhecimento dos fatos:	04/02/09
58	Processo nº:	08.653.000.717/2009-25
	Entrada na CR/16ª:	04/02/09
	Situação:	Aguardando análise.
	Data de conhecimento dos fatos:	04/02/09
59	Processo nº:	08.653.000.718/2009-70
	Entrada na CR/16ª:	04/02/09
	Situação:	Aguardando análise.
	Data de conhecimento dos fatos:	04/02/09
60	Processo nº:	08.653.001.169/2009-51
	Entrada na CR/16ª:	28/04/09
	Situação:	Encontra-se com o PRF Neivo desde maio/2009.
	Data de conhecimento dos fatos:	28/04/09
61	Processo nº:	08.653.001.289/2009-58
	Entrada na CR/16ª:	05/03/09
	Situação:	Encerrados os trabalhos da sindicância. Sugere instalação de PAD. Aguardando julgamento.
	Data de conhecimento dos fatos:	03/03/09
62	Processo nº:	08.653.001.357/2009-89

	Entrada na CR/16ª:	12/05/09
	Situação:	Encontra-se com a CPAD designada (PRFS Gláudio, Nogueira e Sampaio).
	Data de conhecimento dos fatos:	09/03/09
63	Processo nº:	08.653.001.434/2009-09
	Entrada na CR/16ª:	12/03/09
	Situação:	Aguardando análise.
	Data de conhecimento dos fatos:	12/03/09
64	Processo nº:	08.653.001.475/2009-97
	Entrada na CR/16ª:	16/03/09
	Situação:	Sindicância encerrada. Encontra-se com a CPAD designada (PRFs Gláudio, Nogueira e Cidade Fael).
	Data de conhecimento dos fatos:	16/03/09
65	Processo nº:	08.653.002.235/2009-18
	Entrada na CR/16ª:	15/04/09
	Situação:	Aguardando análise.
	Data de conhecimento dos fatos:	15/04/09
66	Processo nº:	08.653.002.352/2009-73
	Entrada na CR/16ª:	22/04/09
	Situação:	Aguardando análise.
	Data de conhecimento dos fatos:	22/04/09
67	Processo nº:	08.653.002.353/2009-18
	Entrada na CR/16ª:	18/09/09
	Situação:	Encerrados os trabalhos da sindicância. Sugestão de arquivamento. Retornou do NAJ/AGU.
	Data de conhecimento dos fatos:	16/04/09
68	Processo nº:	08.653.002.382/2009-80
	Entrada na CR/16ª:	22/04/09
	Situação:	Aguardando análise.
	Data de conhecimento dos fatos:	22/04/09
69	Processo nº:	08.653.002.492/2009-41
	Entrada na CR/16ª:	28/04/09
	Situação:	Encontra-se com a comissão designada. CPAD.
	Data de conhecimento dos fatos:	28/04/09
70	Processo nº:	08.653.002.525/2009-53
	Entrada na CR/16ª:	27/07/09
	Situação:	Encerrados os trabalho da sindicância. Sugestão de arquivamento.
	Data de conhecimento dos fatos:	28/04/09

71	Processo nº:	08.653.002.791/2009-86
	Entrada na CR/16ª:	12/05/09
	Situação:	Aguardando providências.
	Data de conhecimento dos fatos:	11/05/09
72	Processo nº:	08.653.003.127/2009-54
	Entrada na CR/16ª:	22/05/09
	Situação:	Encerrados os trabalhos da sindicância (PRF Figueiredo). Sugere instalação de CPAD. Aguardando julgamento.
	Data de conhecimento dos fatos:	22/05/09
73	Processo nº:	08.653.003.203/2009-21
	Entrada na CR/16ª:	27/05/09
	Situação:	Encerrados os trabalhos da sindicância (PRF Flávio Figueiredo). Sugere CPAD. Aguardando julgamento.
	Data de conhecimento dos fatos:	27/05/09
74	Processo nº:	08.653.003.482/2009-23
	Entrada na CR/16ª:	05/06/09
	Situação:	Encerrados os trabalhos da sindicância (PRF Sampaio). Aguardando julgamento.
	Data de conhecimento dos fatos:	03/06/09
75	Processo nº:	08.653.003.645/2009-78
	Entrada na CR/16ª:	28/08/09
	Situação:	Encontra-se com a CPAD designada (PRFs Jomar, Barros e Herlon Nogueira).
76	Processo nº:	08.653.003.644/2009-23
	Entrada na CR/16ª:	03/07/09
	Situação:	Aguardando análise.
	Data de conhecimento dos fatos:	08/06/09
77	Processo nº:	08.653.003.643/2009-89
	Entrada na CR/16ª:	16/06/09
	Situação:	Encontra-se com a CPAD designada (insp. Valcir, Nunes e Zenaldo – PB).
	Data de conhecimento dos fatos:	12/06/09
78	Processo nº:	08.653.004.368/2009-11
	Entrada na CR/16ª:	27/08/09
	Situação:	Encerrados os trabalhos da sindicância (PRF Cidade). Aguardando julgamento.
	Data de conhecimento dos fatos:	15/07/09
79	Processo nº:	08.653.004.426/2009-14
	Entrada na CR/16ª:	14/08/09
	Situação:	Sindicância encerrada (PRF Sandro). CPAD instaurada (PRFs Nogueira, Jomar e José Fábio Barros).

	Data de conhecimento dos fatos:	24/07/09
80	Processo nº:	08.653.004.425/2009-61
	Entrada na CR/16ª:	24/07/09
	Situação:	Encerrada os trabalhos da sindicância (PRF José Melo). Aguardando julgamento.
	Data de conhecimento dos fatos:	22/07/09
81	Processo nº:	08.653.004.644/2009-41
	Entrada na CR/16ª:	05/08/09
	Situação:	Aguardando providências.
	Data de conhecimento dos fatos:	05/08/09
82	Processo nº:	08.653.004.686/2009-81
	Entrada na CR/16ª:	23/09/09
	Situação:	Aguardando análise.
	Data de conhecimento dos fatos:	07/08/09
83	Processo nº:	08.653.004.688/2009-71
	Entrada na CR/16ª:	10/08/09
	Situação:	Aguardando análise.
	Data de conhecimento dos fatos:	06/08/09
84	Processo nº:	08.653.004.847/2009-37
	Entrada na CR/16ª:	13/08/09
	Situação:	Encontra-se no Núcleo de Análise Processual – Corregedoria-Geral
	Data de conhecimento dos fatos:	13/08/09
85	Processo nº:	08.653.004.889/2009-78
	Entrada na CR/16ª:	17/07/09
	Situação:	Aguardando análise.
	Data de conhecimento dos fatos:	13/08/09
86	Processo nº:	08.653.005.032/2009-75
	Entrada na CR/16ª:	21/08/09
	Situação:	Aguardando análise.
	Data de conhecimento dos fatos:	20/08/09
87	Processo nº:	08.653.005.058/2009-13
	Entrada na CR/16ª:	21/08/09
	Situação:	Aguardando análise.
	Data de conhecimento dos fatos:	18/08/09
88	Processo nº:	08.653.005.419/2009-21
	Entrada na CR/16ª:	15/09/09
	Situação:	Aguardando análise.

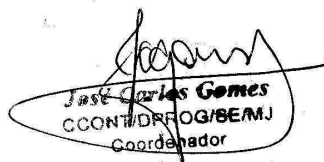
	Data de conhecimento dos fatos:	14/09/09
	Processo nº:	08.653.005.420/2009-56
89	Entrada na CR/16ª:	15/09/09
	Situação:	Aguardando análise.
	Data de conhecimento dos fatos:	14/09/09
90	Processo nº:	08.653.005.421/2009-09
	Entrada na CR/16ª:	15/09/09
	Situação:	Aguardando análise.
	Data de conhecimento dos fatos:	14/09/09
91	Processo nº:	08.653.005.493/2009-48
	Entrada na CR/16ª:	18/09/09
	Situação:	Aguardando análise.
	Data de conhecimento dos fatos:	18/09/09
92	Processo nº:	08.653.005.521/2009-27
	Entrada na CR/16ª:	21/09/09
	Situação:	Aguardando análise.
	Data de conhecimento dos fatos:	21/09/09
93	Processo nº:	08.653.004.037/2009-81
	Entrada na CR/16ª:	16/09/09
	Situação:	APENSADO AO PROCESSO 08.653.004.426/2009-14
	Data de conhecimento dos fatos:	
94	Processo nº:	08.653.005.586/2009-72
	Entrada na CR/16ª:	22/09/09
	Situação:	Aguardando análise.
	Data de conhecimento dos fatos:	21/09/09
95	Processo nº:	08.653.006.296/2009-46
	Entrada na CR/16ª:	23/10/09
	Situação:	Aguardando análise.
	Data de conhecimento dos fatos:	23/10/09
96	Processo nº:	08.653.006.297/2009-91
	Entrada na CR/16ª:	23/10/09
	Situação:	Aguardando análise.
	Data de conhecimento dos fatos:	23/10/09
97	Processo nº:	08.653.007.163/2009-97
	Entrada na CR/16ª:	17/11/09
	Situação:	Aguardando análise.
	Data de conhecimento dos fatos:	17/11/09

98	Processo n°:	08.653.007.211/2009-47
	Entrada na CR/16ª:	11/12/09
	Situação:	Aguardando análise.
	Data de conhecimento dos fatos:	11/12/09



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA EXECUTIVA
DIRETORIA DE PROGRAMA
COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE**

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação completa (UJ):		Código da UG:	
16ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/CE		200112	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none">• A verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;• O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e• A análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	04 de março de 2010
Contador Responsável	José Carlos Gomes	CRC n°	DF 9.261/O-7


José Carlos Gomes
CCONT/DRF/OG/BE/MJ
Coordenador